



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – SSAAP
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITAÇÃO ÁGUAS DO PANTANAL Nº 060/2020 – 1Doc

Regido pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto Federal nº 10.024/2019 de 20 de setembro de 2019, bem como pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e Leis Complementares nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 e nº 147 de 07 de agosto de 2014, além da Lei Complementar Municipal nº 081 de 13 de outubro de 2009, e pelo Decreto Municipal nº 157, de 20 de março de 2019 e suas alterações vigentes e, principalmente, pelas cláusulas e condições do presente Edital.

MODALIDADE →	PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO DE LICITAÇÃO →	MENOR PREÇO
CRITÉRIO DE JULGAMENTO →	MENOR PREÇO POR LOTE
MODO DE DISPUTA →	ABERTO E FECHADO
OBJETO →	Pregão Eletrônico para futura e eventual contratação de empresa especializada e credenciada junto aos órgãos competentes para realização de análises laboratoriais de controle e monitoramento da qualidade da água produzida e distribuída pelo Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal - SSAAP aos municípios de Cáceres-MT, incluindo distritos, bem como, realização de análises para o controle de qualidade das estações de tratamento de esgoto e monitoramento de poços do aterro sanitário e do antigo “lixão” na quantidade e especificação detalhada neste Edital e anexos.

LOTE 01						
ITEM	DESCRIÇÃO	CÓD. TCE	UN D	QNT	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Análise de Água Potável - Portaria de Consolidação nº 05/2017, do Ministério da Saúde Completa (Anexos 7, 9 e 10 do Anexo XX).	00016144	UND	72	2.500,00	180.000,00
02	Análise de Água Potável - Desinfetantes e produtos secundários da desinfecção (Anexo 7 do Anexo XX - Portaria de Consolidação nº 05/2017).	273352-8	UND	10	693,93	6.939,30
03	Análise de Água Potável - Padrão de radioatividade da água para consumo humano (Anexo 9 do Anexo XX - Portaria de Consolidação nº 05/2017) - manancial superficial (bruta).	00025717	UND	04	1.050,00	4.200,00
04	Análise de Água bruta e potável - Controle da qualidade de água de abastecimento para fins de análises microbiológicas (Anexo 13 do anexo XX - Portaria de Consolidação nº 05/2017).	215845-0	UND	3.000	48,00	144.000,00



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

05	Ensaio em água potável a fim de avaliar a integridade do sistema de distribuição – Análise de bactérias heterotróficas.	00033227	UND	310	42,50	13.175,00
06	Análise de Cianobactéria - Monitoramento do manancial superficial de abastecimento de água (Anexo 11 do Anexo XX - Portaria de Consolidação nº 05/2017).	0009666	UND	48	280,00	13.440,00
07	Análise de Cianotoxinas - Padrão de cianotoxinas da água para consumo humano (Anexo 8 do anexo XX - Portaria de Consolidação nº 05/2017).	00014911	UND	48	350,00	16.800,00
08	Análises de águas superficiais contidas na Resolução CONAMA nº 357 de 17/03/2005 – Análise completa.	00014912	UND	10	2.303,47	23.034,70
09	Análise de água subterrânea para outorga de direito de uso - SEMA	0009667	UND	20	385,00	7.700,00
10	Monitoramento de vírus entéricos no ponto de captação proveniente de manancial superficial.	00015055	UND	06	736,00	4.416,00
11	Ensaio de amostra de efluente bruto e tratado em conformidade com a Resolução CONAMA Nº 430/2011.	00027262	UND	150	440,00	66.000,00
12	Ensaio de amostra de corpo de água, a montante e jusante do ponto de lançamento de efluentes em conformidade com a Resolução CONAMA Nº 430/2011.	00026909	UND	150	440,00	66.000,00
13	Ensaio de lodo para monitoramento das estações de tratamento de Esgoto.	416435-0	UND	24	90,00	2.160,00
14	Ensaio de amostra de corpo de água subterrânea, em conformidade com a Resolução CONAMA Nº 420/2009 e PT Nº 133982 / CPLRS / SUIMIS / 2020.	00016825	UND	50	666,15	33.307,50
15	Ensaio de amostra de corpo de água subterrânea de metais pesados, em conformidade com a Resolução CONAMA Nº 420/2009 e PT Nº 133982 / CPLRS / SUIMIS / 2020.	00027148	UND	25	564,19	14.104,75
16	Ensaio de amostras de efluentes provenientes da lagoa de tratamento, em conformidade com a Resolução CONAMA 430/2011 e PT Nº 133982 / CPLRS / SUIMIS / 2020.	00016145	UND	20	980,00	19.600,00
VALOR TOTAL						R\$ 614.877,25

VALOR TOTAL: R\$ 614.877,25 (Seiscentos e quatorze mil, oitocentos e setenta e sete reais e vinte e cinco centavos)



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

OBSERVAÇÃO 01: Os objetivos da realização das análises, os pontos de coletas e as descrições dos parâmetros a serem analisados estão minuciosamente detalhados no Termo de Referência nº 74/2020 – SSAAP (ANEXO I);

OBSERVAÇÃO 02: Para pesquisa e formação de preço buscou-se a especificação do item que mais se assemelha aos objetos especificados no Proc. Administrativo Nº060/2020 – 1Doc em pesquisa realizadas:

Na página do TCE-MT, no sítio eletrônico <<http://cidadao.tce.mt.gov.br/licitacao>>, “Consulta Geral de Licitações”.

No Radar, banco de preço de compras públicas do TCE-MT, sítio eletrônico <<https://radardepocos.tce.mt.gov.br/>>;

Na ferramenta Banco de Preços, sítio eletrônico < <https://www.bancodeprecos.com.br/>>;

Em atas de registros de preços;

Com potenciais fornecedores nacionais;

Mediante a pesquisa no Radar -TCE, ferramenta banco de preços e atas de registros de preços encontraram registros de preços para os itens 01,02, 04, 05, 06, 07, 09, 10, 11, 12 e 15 do objeto, para os demais itens, a formação de preço se resultou de valores ofertados pelas empresas proponentes.

Concernente a formação de preço do item 08 do objeto, fora considerado apenas o valor ofertado por dois potenciais fornecedores, face a inexistência de registros para o item nos sítios eletrônicos governamentais, na ferramenta banco de preços e nas atas de registros de preços encontradas, assim como, uma das empresas proponentes não realiza o serviço descrito no item supracitado. Diante disso, a formação de preço do item 08, fora constituída mediante orçamentos de dois potenciais fornecedores do objeto.

O valor estimado dos itens desta contratação se resultou através da mediana, obtidos em sítios eletrônicos governamentais, ferramenta banco de preços, atas de registros de preços e valores ofertados por fornecedores nacionais.

- Não serão admitidas propostas com valor superior ao de referência.

1. PREÂMBULO

1.1. A autarquia municipal **ÁGUAS DO PANTANAL – Serviços de Saneamento Ambiental** de Cáceres, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Voluntários da Pátria, nº 548 - Centro - CEP 78.210-210 – Fones (65) 3223-6900 – 3223-6500, em CÁCERES-MT, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica no Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o. nº 22.794.608/0001-78, através do (a) PREGOEIRO (A) OFICIAL e equipe de apoio, designados (as) pela Portaria nº 080/2020 de 26/08/2020, publicada no Diário Oficial do Estado/MT em 28/08/2020, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que irá realizar Licitação na modalidade **PRE-GÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, sob a forma de **execução indireta**, pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE**, que será regido pela Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 10.024/2019 de 20 de setembro de 2019, Leis Complementares Federais nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e nº 147 de 07 de agosto de 2014, Lei Complementar Municipal nº 081 de 13 de outubro de 2009, e pelo Decreto Municipal nº 157, de 20 de março de 2019, e Lei Federal n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, suas alterações vigentes, bem como e especialmente pelas disposições contidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O PREGÃO ELETRÔNICO será realizado em sessão pública, via INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor integrante do quadro do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, denominado (a) Pregoeiro (a) e equipe de apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo, constante da página eletrônica da Bolsa Licitações e Leilões – www.bllcompras.org.br.

1.3. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico; www.bllcompras.org.br e www.aguasdopantanal.eco.br.



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

1.3.1. A sessão inaugural deste **PREGÃO ELETRÔNICO** dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário, conforme abaixo:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:	A partir do dia 22/12/2020
DO ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS:	A partir do dia 07/01/2021 às 08h30m (HORÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA)
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS:	Dia 07/01/2021, às 09h00m (HORÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA)
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:	Dia 07/01/2021, às 09h30m (HORÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA)

1.3.2. Não havendo expediente, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão pública será transferida para uma data posterior, mediante comunicação do Pregoeiro (a) aos licitantes;

2. DO OBJETO

2.1. Pregão Eletrônico para **futura e Eventual contratação de empresa especializada e credenciada junto aos órgãos competentes para realização de análises laboratoriais de controle e monitoramento da qualidade da água produzida e distribuída pelo Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal - SSAAP aos municípios de Cáceres-MT, incluindo distritos, bem como, realização de análises para o controle de qualidade das estações de tratamento de esgoto e monitoramento de poços do aterro sanitário e do antigo “lixão” na quantidade e especificação detalhada** neste Edital e anexos, que deverão ser divididas em:

2.2. O detalhamento do objeto está exposto no Termo de Referência nº 74/2020 – SSAAP, desde o item 1.2. até o item 1.5. (ANEXO I).

OBS. 01: As análises serão feitas de acordo com o cronograma de coleta proposto, incluindo análises mensais, trimestrais e semestrais, conforme obrigatoriedade das resoluções e portarias em vigor.

OBS. 02: O agrupamento dos itens em um único lote é justificado em razão da necessidade da execução do objeto por uma única empresa, pois a análise de alguns parâmetros é correlacionada, e ainda, somente com uma empresa é possível verificar a integridade qualitativa dos serviços prestados. Além disso, tendo em conta que o envio dos kits e das amostras será por conta da contratada e como se trata de elevado número de análises a serem realizadas com grande frequência de amostragem, através da contratação exclusivamente de uma única empresa, os fretes de recebimento de kit e envio de amostras serão cobrados apenas uma vez, independentemente da quantidade a ser recebida e enviada.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Como requisito para participação no PREGÃO ELETRÔNICO, o licitante deverá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua Proposta de Preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica, constante do Termo de Referência- ANEXO I do presente Edital.

3.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital e nas demais cominações legais.

3.3. Poderão participar deste Pregão as pessoas jurídicas interessadas do ramo pertinente aos objetos licitados, inclusive as enquadradas como microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, conforme Lei Complementar nº 123/2006 e alterações da Lei Complementar Federal nº 147/2014 e demais alterações, e que atenderem a todas as exigências, inclusive para classificação e habilitação, estabelecidas neste Edital.

3.4. A participação na licitação implica, automaticamente, aceitação integral dos termos deste Edital e seus Anexos, bem como da Legislação aplicável.

3.5. As empresas licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, sendo que o Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal não será, em ne-



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

nhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

3.6. Não poderão participar:

- a) Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
- b) Empresas que, por qualquer motivo, **estejam declaradas inidôneas perante a Administração Pública**, Direta ou Indireta, Federal, estadual ou Municipal, ou que tenham sido punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração, desde que o ato tenha sido punido mediante publicação no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo respectivo Órgão;
- c) Empresas que estejam em falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- d) Empresas que possuam entre seus sócios servidores da Prefeitura Municipal de Cáceres, bem como das suas Autarquias.

3.7. A não observância das alíneas anteriores por parte da empresa ensejará as sanções e penalidades legais aplicáveis.

3.8. Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá a mesma declarar a situação, assinalando em campo próprio na fase de credenciamento.

3.9. Para as documentações de **regularização fiscal** será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis (conforme redação dada pela Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014), cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

3.9.1. O prazo de 05 (cinco) dias úteis para a regularização de documentação não se aplica a documentos de outra natureza, como as atinentes aos itens 13.1., 13.3., 13.4. e 13.5.

3.10. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 3.9., implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao Pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

3.11. A participação no certame se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico no site www.bllcompras.org.br, opção "Acesso Identificado", observada as datas e horários limites estabelecidos.

3.12. Caberá à proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública deste pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4. DO CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO DA LICITAÇÃO

4.1. As empresas licitantes interessadas deverão encaminhar, EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DA PLATAFORMA ELETRÔNICA, os documentos de habilitação exigidos no edital, PROPOSTA EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA COM CARIMBO E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL (anexado em formato PDF), contendo a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para encerramento do recebimento de proposta, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.1.1. O preenchimento da proposta no SISTEMA ELETRÔNICO deve primar pela não identificação do licitante, na forma do item 5, não se confundindo com o documento de PROPOSTA DE PREÇOS anexada em campo próprio, em formato PDF, na forma detalhada no item 11.

4.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site www.bllcompras.org.br.

4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal, **única e exclusiva da licitante ou de seu representante legal**, e na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes em qualquer PREGÃO na forma ELETRÔNICA:

4.3.1. A Proponente deverá apresentar juntamente com as exigências da Proposta de Preços deste Edital, a procuração e a cédula de identidade do representante legal credenciado para o acesso ao sistema Eletrônico no site www.bllcompras.org.br.

4.3.2. Se a empresa se fizer representar por procurador, faz-se necessário o credenciamento por meio da apresentação da cópia de sua Cédula de Identidade ou documento oficial com foto (exemplos: Carteira de Motorista, Carteira de Trabalho), e de outorga por instrumento público ou particular (com firma



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

reconhecida em Cartório), com menção expressa de que lhe confere amplos poderes para prática dos atos pertinentes ao certame.

4.3.2.1. Se a outorga se der por instrumento particular, esta deve vir acompanhada de cópia do ato de constituição da empresa ou do ato de investidura na direção da empresa;

4.3.3. Fazendo-se representar a licitante pelo seu sócio-gerente, diretor ou proprietário, deverá apresentar cópia autenticada em cartório do contrato social ou equivalente, que habilitem o representante, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, acompanhados de Documento Oficial de identificação (RG, Carteira de Motorista ou outros) em cópia autenticada em cartório.

4.3.3.1. Em se fazendo representar por procuração particular, é obrigatória a apresentação da cópia autenticada em cartório do contrato social (1ª e última alteração ou contrato social consolidado), ou equivalente, e documentos de identidade do sócio-gerente e do procurador legalmente constituído;

4.3.4. Apresentar juntamente com os documentos de Credenciamento e Proposta de Preços, **Contrato Social** em vigor, registrado na Junta Comercial, para comprovação do ramo de atividade, demonstrando compatibilidade com:

4.3.4.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual;

4.3.4.2. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da legitimidade da diretoria em exercício;

4.3.4.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

4.4. Os documentos para credenciamento exigidos no Edital deverão ser apresentados com cópia autenticada em cartório competente, na forma da Lei.

4.5. O comparecimento ao site do representante legal da LICITANTE é imprescindível em todas as sessões pertinentes a este certame licitatório;

4.6. A ausência do representante legal da licitante nos horários e datas marcadas no CHAT MENSAGENS, implicará na aceitação por parte do representante legal ausente, de todas e quaisquer decisões tomadas pelo Pregoeiro (a) e aceitas pelas licitantes presentes;

4.7. As microempresas ou as empresas de pequeno porte deverão manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico o estabelecido na Lei Complementar nº. 123/2006 e na Lei complementar nº. 147/2014;

4.7.1. A não declaração das licitantes em referência à Lei Complementar nº. 123/2006 e à Lei Complementar nº. 147/2014, caso se enquadre, implicará no **IMPEDIMENTO DA LICITANTE EM BENEFICIAR-SE DA MESMA**.

4.7.2. A declaração falsa dos requisitos de credenciamento sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital, sem prejuízo das demais cominações legais do certame.

4.8. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada, diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou a Comissão de Pregão promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que comprovadamente por terceiros;

4.9. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser prontamente comunicadas ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

5. DA PROPOSTA DE PREÇOS NO SISTEMA ELETRÔNICO

5.1. Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico www.bllcompras.org.br, os licitantes deverão registrar suas propostas de preços com a descrição do objeto ofertado até **30 (trinta) minutos antes do horário marcado para abertura da sessão**, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de proposta.

5.1.1. Anexar obrigatoriamente e exclusivamente a proposta e os documentos exigidos para habilitação no sistema **BLL**, devendo ser utilizado apenas arquivos na extensão “**PDF**”.

5.1.2. Até **30 (trinta) minutos antes do horário marcado para abertura da sessão**, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada;

5.1.3. Fica **vedado** a licitante qualquer tipo de identificação, **no sistema eletrônico**, quanto ao registro de sua Proposta de Preços, sob pena de desclassificação da empresa no certame, pelo Pregoeiro (a).

5.1.3.1. Esta vedação não se confunde com a exigência do item 11 deste Edital.



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

5.1.4. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, bem como as que apresentem omissões ou irregularidades insanáveis como identificação da empresa, deste modo, qualquer elemento que possa identificar o licitante importa em **DESCCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA**, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, **(se a marca/ modelo do objeto for o nome da empresa, o licitante poderá, atendendo ao princípio da impessoalidade, preencher o campo MARCA/ MODELO, com a expressão “MARCA/ MODELO PRÓPRIA”, sem o risco de ter sua proposta desclassificada).**

5.2. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firme e verdadeira sua Proposta de Preços e lances inseridos em sessão pública;

5.3. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo Sistema ou de sua desconexão, até a promulgação do vencedor;

5.4. A licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus Anexos. E, em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descrito no www.bll.org.br, bem como as constantes do Anexo I – TERMO DE REFERENCIA deste Edital, **PREVALECERÃO AS ÚLTIMAS**;

5.5. A licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços, independente do resultado do procedimento licitatório;

5.6. Nenhuma empresa ou instituição vinculada à Autarquia ÁGUAS DO PANTANAL será elegível para participar deste processo licitatório;

5.7. Nas Propostas de Preços registradas no Sistema Eletrônico, deverão ser observadas as seguintes condições:

5.7.1. Preço unitário de cada Item, de acordo com o preço praticado no mercado, conforme estabelece o inciso IV, do art. 43, da Lei Federal nº 8.666/93, sendo obrigatoriamente expresso em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA do presente Edital, **sendo aceitos apenas valores abaixo ou igual ao de REFERÊNCIA.**

5.7.1.1. No preço ofertado deverão estar inclusos todos os insumos que o compõem, tais como os impostos, ICMS, taxas, descontos, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação;

5.7.2. Deverão estar de acordo com as especificações do objeto, incluindo marca/ modelo, e outros elementos que identifiquem e constatem as configurações cotadas, **sob pena de DESCCLASSIFICAÇÃO.**

5.7.2.1. É vedada toda e qualquer identificação da empresa licitante durante a realização da disputa do pregão.

5.7.3. Descrição detalhada dos objetos ofertados, ficando expressamente **vedada** a indicação de 02 (duas) ou mais marcas para cada item, exceto quando assim exigido pelo Edital.

5.7.4. Apresentar a validade da proposta, de forma clara e inconfundível, bem como prazos e local de entrega, sob pena de desclassificação.

5.8. A Proposta de Preços registrada implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

5.9. O (A) Pregoeiro (a) verificará as propostas de preços registradas no endereço eletrônico antes da abertura da fase de lance, desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

5.10. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo definido no edital, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, devendo ser anexado na aba “DOCUMENTOS COMPLEMENTARES – (PÓS-DISPUTA)”, observado o prazo disposto no § 2º do art. 38, do Decreto Federal nº 10.024/2019.

5.10.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, **contraproposta** ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

5.10.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

5.10.1.2. O licitante deverá encaminhar a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o item 5.10.1., no prazo de **02 (duas) horas**, contados da solicitação no sistema, e, se necessário, enviar documentos complementares, utilizando a plataforma, no campo “Documentos Complementares (pós-disputa)”.

5.11. O Pregoeiro poderá solicitar das licitantes quaisquer outras informações que julgar pertinentes para o perfeito conhecimento e julgamento das propostas, respeitado o art. 43, § 3º da Lei 8.666/93; sendo que estas deverão ser enviadas, no prazo estipulado pelo mesmo, no sistema, através do e-mail licitacao@aguasdopantanal.eco.br, sob pena de desclassificação das propostas.

5.12. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica (assinatura do representante legal), mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observando o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

5.13. É obrigatória a apresentação da MARCA e/ou MODELO do objeto, conforme o caso, tornando específico o objeto licitado de forma a não restar sobre ele qualquer dúvida quanto a sua identificação; a não apresentação causará a desclassificação.

5.13.1. A obrigação descrita acima deve ser atendida considerada a necessidade de **NÃO IDENTIFICAR A EMPRESA LICITANTE**, caso no qual deve ser procedido na forma do item 5.1.4.

5.13.2. A proposta na qual é vedada a identificação é aquela preenchida diretamente no SISTEMA ELETRÔNICO, não se confundindo com a proposta anexada em formato PDF, onde deve ser clara a identificação do licitante, na forma do item 11.

5.14. Assim como as propostas de preços, os valores lançados serão pelo VALOR TOTAL DO LOTE no sistema, de acordo com a proposta, sob pena de desclassificação.

5.14.1. A proposta realinhada, a ser apresentada após a disputa, deverá ratear o valor do lote de forma proporcional entre todos os itens, de modo que a somatória dos valores unitários seja congruente ao valor total do lote.

5.15. A simples participação neste certame implica em:

5.15.1. Plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem como no dever de cumpri-las, correndo por conta das empresas interessadas todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização às licitantes pela realização de tais atos;

5.15.2. Comprometimento da empresa vencedora em fornecer os materiais, objeto desta licitação em total conformidade com as especificações do Edital e seus anexos;

6. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATORIO

6.1. Até 03 (três) dias úteis, anteriores à data designada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o presente Edital, exclusivamente por meio das opções abaixo;

6.1.1. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, contendo os documentos necessários de qualificação do Peticionante, via e-mail: licitacao@aguasdopantanal.eco.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço da Autarquia **ÁGUAS DO PANTANAL** – Serviços de Saneamento Ambiental de Cáceres-MT: Rua Voluntários da Pátria, nº 548 - Centro, Cáceres-MT, CEP: 78210-210, dirigida ao (à) pregoeiro (a), ou diretamente na Sede da Autarquia - Setor de Licitações, nos seguintes horários: das 07:30 às 11:30 e 13:30 às 17:30hs (horário local).

6.1.2. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no **prazo de até 02 (dois) dias úteis**, contado da data do recebimento do pedido de impugnação.

6.1.3. Se precedente e, acolhida a petição, os vícios do Edital serão sanados, e caso este saneamento tenha impacto sobre a formulação das propostas e a ampla participação no certame, nova data será designada para a sua realização, resguardada a conveniência e interesse da administração.

6.1.3.1. Na hipótese de a impugnação ser rejeitada, permanece mantido as condições originalmente previstas neste Edital.

6.1.4. A ocorrência de impugnação de caráter meramente protelatório, ou seja, que vise tão somente o retardamento da execução do certame ensejará a aplicação da penalidade estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 pela autoridade competente, assegurando o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações previstas na legislação vigente.



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

6.1.5. Quem impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, incorrerá em pena de detenção de 06 meses a 02 (dois) anos, e multa, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do artigo 93 da Lei nº. 8.666/93.

6.2. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no item 6.1.1. deste Edital.

6.2.1. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus anexos deverá ser encaminhado, por escrito, ao (à) Pregoeiro (a), e devidamente identificado com nome do responsável pelos pedidos de esclarecimentos, com qualificação, endereço e número de telefone para contato;

6.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre o pedido de esclarecimento no prazo **de até 02 (DOIS) dias úteis**, contado da data do recebimento do pedido.

6.3.1. Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo (a) Pregoeiro (a).

6.4. As respostas às dúvidas formuladas, bem como as informações que se tornarem necessárias durante o período de elaboração das propostas, ou qualquer modificação introduzida no Edital no mesmo período, serão encaminhadas em forma de **adendos modificadores** ou **notas de esclarecimentos**, enviado no site oficial da licitação www.bllcompras.org.br.

6.4.1. TERMO DE RETIFICAÇÃO é o documento emitido pela Administração, contendo informações que impliquem em alteração na formulação das propostas, sendo neste caso, publicado Aviso de Prorrogação da Sessão de Abertura, com o prazo original, devidamente estabelecido no art. 4º, inciso V da Lei Federal nº. 10.520/02 e art. 21, § 4º da Lei Federal nº. 8.666/93, a qual se aplica subsidiariamente a modalidade Pregão;

6.4.2. NOTA DE ESCLARECIMENTO e ADENDO são documentos emitidos pela Administração, contendo informações ou alterações, respectivamente, que não causem alteração na formulação das propostas.

6.4.3. Os esclarecimentos de dúvidas a respeito de condições do Edital e de outros assuntos relacionados à presente licitação, serão divulgados através de publicação de **TERMO DE RETIFICAÇÃO, ADENDO ou NOTA DE ESCLARECIMENTO** no site oficial da licitação www.bllcompras.org.br.

6.4.4. Apenas serão respondidos os esclarecimentos devidamente formulados, na forma da seção 6 deste Edital, sendo que eventuais contatos via telefone, a respeito de informações sobre o presente Pregão, seja para os servidores da CPL, bem como ao (à) Pregoeiro (a), não serão admitidos, garantindo assim um procedimento justo e isonômico, no momento da licitação.

7. DA SESSÃO PÚBLICA E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

7.1. A sessão ocorrerá em data marcada conforme o **item 1.3.1** do presente Edital, e em conformidade com as demais disposições aqui estabelecidas.

7.1.1. A Sessão Pública deste Pregão Eletrônico terá início com a divulgação das Propostas de Preços recebidas em conformidade e em perfeita consonância com as especificações detalhadas no presente Edital e seus Anexos.

7.2. Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via internet, única e exclusivamente no site www.bllcompras.org.br, conforme estabelecido no Sistema Eletrônico.

7.3. Informa-se ainda que devido ao caráter sigiloso das licitações, na fase de lances, o (a) Pregoeiro (a) **não atenderá ao telefone** para responder questões inerentes ao presente Pregão.

7.4. O critério de julgamento das propostas será o de **MENOR PREÇO POR LOTE**, e o tipo da licitação será o de **MENOR PREÇO**, devendo o (a) Pregoeiro (a), realizá-lo em conformidade com o tipo da licitação e os critérios previamente estabelecidos no instrumento convocatório e em sessão ou reunião do (a) Pregoeiro (a) e Equipe de Apoio, que poderá, a seu critério, solicitar auxílio e assessoria de pessoal qualificado do quadro de servidores da Autarquia ou externos a ele, conforme a conveniência da ÁGUAS DO PANTANAL;

7.4.1. O julgamento da Proposta de Preços no site dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO POR LOTE**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital;

7.4.2. Será admitido apenas 01 (um) licitante vencedor.

7.5. Será efetuada a verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do instrumento convocatório e com os preços correntes no mercado, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis.



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

7.6. O resultado do julgamento estará à disposição dos interessados, bem como os pareceres, relatórios e atos registrados no processo licitatório. Os autos do processo poderão ser examinados pelos que demonstrarem o desejo de fazê-lo, mediante prévio agendamento.

7.7. Caso todas as licitantes sejam inabilitadas ou tenham suas propostas desclassificadas, o (a) Pregoeiro (a) poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis, para que apresentem outras, escoimadas das causas pelas quais decorreram a inabilitação ou desclassificação, conforme disposto no § 3º, do art. 48, da Lei nº. 8.666/93, que se aplica subsidiariamente à modalidade Pregão.

7.8. É facultado ao (à) Pregoeiro (a), em qualquer fase da licitação, proceder à promoção de diligência ou verificações destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

7.9. Não será motivo de desclassificação a ocorrência de simples omissão que seja irrelevante para o entendimento da proposta de preços, que não venha a causar prejuízo para a Administração Pública e que não macule os direitos dos licitantes.

8. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES E NEGOCIAÇÃO

8.1. Somente as licitantes que apresentarem Proposta de Preços em consonância com o que dispõe o Edital, poderão apresentar lances para o (s) item (s) cotado (s), exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento, respectivo horário de registro e valor.

8.1.1. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR LOTE**.

8.1.2. Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

8.2. A abertura e fechamento da fase de lances via *internet*, serão feitos pelo (a) Pregoeiro (a).

8.3. As licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado, e as regras de sua aceitação.

8.3.1. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 03 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

8.4. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto e fechado”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.4.1. A etapa de lances da sessão pública terá **duração inicial de 15 (quinze) minutos**. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.5. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.6. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.7. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.8. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas em tempo real do valor do melhor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

8.9. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

8.10. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do **modo de disputa aberto e fechado**.

8.11. No caso de desconexão com o Pregoeiro (a), no decorrer da etapa competitiva do PREGÃO ELETRÔNICO, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.

8.11.1. O (a) Pregoeiro (a), quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

8.11.2. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação, no site www.bllcompras.org.br.

8.12. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus recorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, até a promulgação do vencedor.

8.13. A desistência em apresentar lances implicará na exclusão da licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços.

8.14. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

8.14.1. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do art. 36, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

8.14.2. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

8.15. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

9. DO ENCERRAMENTO DA ETAPA DE LANCES E NEGOCIAÇÃO

9.1. Encerrada a etapa de lances e negociação, o (a) Pregoeiro (a) examinará a Proposta de Preços classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade dos preços em relação ao estimado para a contratação.

9.1.1. Caso não ocorram lances deverá ser verificado o valor estimado dos bens e a especificação técnica prevista.

9.1.2. A Autarquia ÁGUAS DO PANTANAL não aceitará e não adjudicará o item cujo preço total seja superior ao estimado para contratação (conforme resultado de cotação), constante da tabela de itens deste Edital, no qual constam as especificações e estimativas de preço, notadamente o preço total do lote.

9.2. Cumpridas as etapas anteriores, o (a) Pregoeiro (a) verificará a (s) Proposta (s) de Preços e os Documentos de Habilitação da (s) empresa (s) classificada (s) com menor (es) lances, conforme disposições contidas no presente Edital.

9.3. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

9.4. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital, sem prejuízo das demais cominações legais.

9.5. Atendidas as especificações do Edital, estando habilitada a licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, o (a) Pregoeiro (a) declarará a (s) empresa (s) vencedora (s) do (s) respectivo (s) lote (s).

9.6. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à Sessão Pública do Pregão Eletrônico constarão em Ata divulgada no Sistema Eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

10. DA CORREÇÃO ADMISSÍVEL

10.1. Nos casos em que o (a) Pregoeiro (a) constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, sendo estes não significativos, proceder-se-á às correções necessárias para a apuração do preço final da proposta, obedecendo as seguintes disposições:

10.1.1. Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último;

10.1.2. Havendo divergências nos subtotais, provenientes do quantitativo do objeto e os preços unitários, o (a) Pregoeiro (a) procederá à correção dos subtotais, mantendo os preços unitários e alterando em consequência o valor da proposta.



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

10.1.3. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observando o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

10.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o *caput*, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, **no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata.

11. DA PROPOSTA DE PREÇOS

11.1. A licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos;

11.2. As propostas de preços deverão ser apresentadas de forma impressa, redigida em Língua Portuguesa, em 01 (uma) via sem ressalva, rasuras, emendas ou entrelinhas, datada, rubricada, em todas as páginas e assinada na última, pelo responsável ou procurador da licitante;

11.2.1. Em todas as folhas deverá constar o carimbo padronizado do CNPJ, **excetuando-se as folhas timbradas em que já tenham sido impressas essas informações**, preferencialmente com índice, indicando o número de páginas e respectivo conteúdo, além de todas as folhas sequencialmente numeradas;

11.3. Os dados do Representante Legal, preferencialmente conforme modelo apresentado no **ANEXO II** deste Edital.

11.4. As propostas de preços deverão conter, sob pena de desclassificação:

11.4.1. Indicação dos prazos de entrega, conforme exigência deste Edital.

11.4.2. As especificações do objeto de forma clara, descrevendo detalhadamente as características técnicas (caso seja exigido), constando os quantitativos e valores, unitários e totais, bem como a marca contido no ANEXO I deste Edital;

11.4.3. Descrição detalhada dos objetos ofertados, ficando expressamente vedada a indicação de 02 (duas) ou mais marcas para cada item do lote, desde que não seja assim exigido pelo Edital;

11.4.4. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de abertura deste Pregão;

11.4.4.1. Na ausência de indicação de validade da proposta, considerar-se-á o prazo disposto no item 11.4.4, qual seja 60 (sessenta) dias.

11.4.5. Preço unitário e total de cada item, bem como o **VALOR TOTAL DO LOTE**, de acordo com o preço praticado no mercado (valor fixo, irredutível, de acordo com a legislação em vigor), conforme estabelece o inciso IV, do art. 43, da Lei Federal nº 8.666/93, expresso em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no TERMO DE REFERENCIA – Anexo I do presente Edital;

11.4.6. No preço ofertado deverão estar inclusos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, descontos, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação;

11.4.7. O licitante deverá incluir no preço do objeto ofertado, a alíquota do imposto intitulado ICMS (quando for o caso), considerando para todos os efeitos fiscais o Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, na condição de comprador/destinatário final.

11.5. Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender no todo, ou em parte, às disposições deste instrumento convocatório.

11.6. Serão considerados inadequados e desta forma desclassificados os preços simbólicos, irrisórios, de valor zero ou incompatíveis (excessivos) com os praticados no mercado e com distorções significativas.

11.7. O envio da Proposta de Preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

11.8. A proposta de preços contendo as exigências deste Edital, atualizada com o último lance, deverá ser enviada no **prazo de 02 (duas) horas**, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação, sob pena de desclassificação, na plataforma www.bllcompras.org.br, no campo “Documentos Complementares (pós-disputa)”.

11.8.1. O valor total do lote, resultante do último lance ofertado após a negociação com o (a) Pregoeiro (a), deve ser rateado proporcionalmente entre os itens constantes do referido lote, de modo que apre-



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

sente conformidade entre os valores unitários dos itens, seus valores totais, bem como o valor total do lote.

11.9. É DE PLENA RESPONSABILIDADE DAS LICITANTES TOMAREM CONHECIMENTO DE TODAS AS REGRAS ESTABELECIDAS NO EDITAL.

11.10. O original da Proposta de Preços atualizada e os documentos de habilitação em original ou cópia autenticada (observada a natureza e a exigência de original), contendo as determinações deste Edital, devidamente atualizada com o último lance, deverá ser recebida (data de chegada dos documentos na CPL) na sede da ÁGUAS DO PANTANAL Serviços de Saneamento Ambiental de Cáceres-Setor de Licitações, Rua Voluntários da Pátria, 548 - Centro - CEP 78210-210 – Cáceres-MT, no prazo máximo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados da data de convocação do(a) Sr. (a) Pregoeiro (a), sob pena de desclassificação da proposta;

11.10.1. Não serão consideradas propostas que deixarem de atender às disposições deste instrumento convocatório.

11.10.2. As Propostas de Preços apresentados fora da data e horário previsto conforme Edital, ou aquele estabelecido no CHAT MENSAGENS, deste instrumento convocatório, não serão recebidas.

11.10.3. O ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS VINCULARÁ O SEU AUTOR AO CUMPRIMENTO DE TODAS AS CONDIÇÕES E OBRIGAÇÕES INERENTES AO CERTAME.

12 DA HABILITAÇÃO

12.1. Para fins de habilitação ao certame, as empresas arrematantes deverão cadastrar todos os documentos (em plena validade) relacionados nos subitens abaixo no aplicativo da Bolsa de Licitações e Leilões, assim como proceder à vinculação dos aludidos documentos à Proposta de Preços do Pregão, antes do início da sessão, desde que atendidos os requisitos especificados nas observações deste item.

12.1.1. O prazo fixado para a apresentação das propostas e dos documentos de habilitação não será inferior a **08 (oito) dias úteis**, contado da data de publicação do aviso do edital.

12.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

12.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro (a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

12.2.2. A tentativa de burlar será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

12.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

12.2.4. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro (a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

12.2.4.1. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos Arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123 de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.2.5. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, **pelo sistema eletrônico plataforma BLL (Documentos Complementares pós-disputa) no PRAZO DE 02 (DUAS) HORAS a contar da intimação do pregoeiro na plataforma eletrônica, sob pena de INABILITAÇÃO, conforme disposto no Art. 38 do Decreto Federal 10.024/19.**

12.2.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

13. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS (anexados em formato PDF)

13.1. Relativos à Habilitação Jurídica:

- a) Cédula de identidade;
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual;



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c.1)** os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

13.2. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- b) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal:
- c.1)** Certidão Conjunta de Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Previdenciária, (com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014), podendo ser retirada através dos sites: www.receita.fazenda.gov.br ou www.pgfn.fazenda.gov.br;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual:
- d.1)** Certidão Negativa de Débito relativos a créditos tributários e não tributários estaduais geridos pela Procuradoria Geral do Estado e pela Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio tributário da licitante;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal:
- e.1)** Certidão quanto à Dívida Ativa do Município da sede da licitante, com validade na data de apresentação da proposta;
- f) Certificado de Regularidade ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais com validade na data de apresentação da proposta, onde poderá ser retirada no Site: www.caixa.gov.br;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- h). No caso empresas e Empresas de Pequeno Porte, caso tenham se utilizado e se beneficiado do tratamento diferenciado e favorecido na presente licitação, na forma do disposto na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, Lei Complementar 147 de 07 de agosto de 2014, as exigências correrão substanciadas nos artigos 42 e 43 da primeira, elencadas no item 4.7 deste Edital.
- i) Certidão emitida pela Junta Comercial para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte na forma do art. 8º da Instrução Normativa nº. 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC.**

13.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

13.3.1. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou de outro indicador que o venha substituir.

a) O balanço quando escriturado em livro digital deverá vir acompanhado de “Recibo de entrega de livro digital”. Apresentar também termos de abertura e de encerramento dos livros contábeis. **Observações:** serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

- a.1)** Sociedades regidas pela Lei nº. 6.404/76 (sociedade anônima):
- Publicados em Diário Oficial; ou,
 - Publicados em jornal de grande circulação; ou,



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

-Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

a.2) Quando se tratar de empresas de outras formas societárias:

-Acompanhados por fotocópia dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

a.3) Tipos empresariais sujeitos aos regimes estabelecidos na Lei Complementar 123/2006 – Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, bem como suas alterações posteriores:

- fotocópia dos Termos de Abertura e de encerramento do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

a.4) Sociedade criada no exercício em curso ou inativa no exercício anterior:

- fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio dos licitantes nos casos de sociedades anônimas.

a.5) O balanço patrimonial, as demonstrações e o balanço de abertura deverão estar assinados pelos administradores das empresas constantes do ato constitutivo, estatuto ou contrato social e por Contador legalmente habilitado:

a.6) - Os tipos societários/ empresariais obrigados e/ou optantes pela Escrituração Contábil Digital – ECD, consoante disposições contidas no Decreto nº 6.022/2007, regulamentado através da IN nº 787/2007 da RFB e disciplinado pela IN nº 109/2008 do DNRC, apresentarão documentos extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped ou através do site da Junta Comercial do Estado da sede da licitante, na seguinte forma:

I Recibo de Entrega de Livro Digital transmitido através do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped;

II Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário Digital extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped;

III Balanço e Demonstração do Resultado do Exercício extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped;

IV. Requerimento de Autenticação de Livro Digital.

V. Termo de Autenticação da Junta Comercial.

b.) A comprovação da boa situação financeira da empresa será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), obtidos a partir dos dados resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, cujos dados serão extraídos das informações do balanço da empresa, relativo ao último exercício, já exigíveis na forma da lei, sendo admitido para qualificação apenas resultado igual ou maior que 1,0 (um):

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$
$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$
$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

b.1.) Junto com o balanço patrimonial poderá ser apresentado o demonstrativo de cálculo dos índices acima, assinado pelo profissional contábil responsável pela empresa.

c) Certidão Negativa de Falência e Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

d) Considerando que a presente licitação objetiva o registro e preço, sem obrigatoriedade de contratação, e riscos para administração, as empresas licitantes que apresentarem resultado menor que 1,0 (um) em qualquer dos índices referidos no item anterior, deverão comprovar patrimônio líquido de, no mínimo, 10% do valor estimado ou do valor total de sua proposta de preço (após a fase de lance), o que for menor, e com relação a cada lote em que for classificada em primeiro ou segundo lugar, conforme o artigo 31, §§ 2º e 3º, da Lei nº 8.666/93, sob pena de inabilitação;

13.3.2. Com do advento da Lei Federal nº 14.030, de 28 de Julho de 2020, do Governo Federal, que estabeleceu medidas para o enfrentamento e combate à pandemia de Covid-19, principal-



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

mente com respeito aos prazos para os atos sujeitos à apreciação das Juntas Comerciais, e em conformidade com a Orientação Técnica 07/2020/TCE – MT, os documentos exigidos para a Habilitação Relativos à Qualificação Econômico-Financeira, conforme item 13.3.3.1. deste Edital, poderão ser apresentados sem o devido registro na Junta Comercial do respectivo Estado Federado à que o Licitante se filie, devendo este ser registrado e apresentado junto à Assessoria Administrativa – Financeira desta Autarquia, no prazo estabelecido no Art. 6º, da Lei Federal 14.030/2020, qual seja, até trinta dias contado da data em que a junta comercial restabelecer a prestação regular dos seus serviços, sob pena de inabilitação, e conseqüente perda do direito à contratação.

13.4. Relativos à Qualificação Técnica:

13.4.1 A (s) empresa (s) licitante (s) deverá (ão) apresentar Atestado (s) de Capacidade Técnica, pertinente e compatível (is) com o objeto desta licitação, podendo o (s) mesmo (s) ser (em) emitido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado caso o (s) atestado (s) seja (m) emitido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito privado, deverá (ão) obrigatoriamente ser (em) apresentado (s) com firma reconhecida em cartório.

13.4.2 Não serão aceitos atestados emitidos pela própria licitante.

13.4.3. Os documentos relativos à HABILITAÇÃO TÉCNICA, conforme item 27. deste Edital, somente serão exigidos para o fim de assinatura de contrato.

13.5. Documentação Complementar:

13.5.1. As licitantes deverão anexar no Envelope de Habilitação (**Documentação Complementar**), **declarações**, devidamente assinadas pelo representante legal da empresa, sob as penalidades cabíveis, de que:

a). Declara inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei 8.666/93 (Modelo – Anexo VI).

a1) No caso de microempresa e empresa de pequeno porte que, nos termos da LC 123/2006, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada, como ressalva, na supracitada declaração.

b). Declara que não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) com menos de 18 anos de idade, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como empregado (s) menor (es) de 16 anos de idade, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, à partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e art. 27, V, da Lei 8666/93. (Modelo – Anexo VI).

c). Não possuir em seu quadro de pessoal servidor público do **Poder Executivo Municipal** exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei 8666/93 e inciso X, da Lei Complementar nº. 04/90). (Modelo – Anexo VI).

d). Deverá declarar que não se encontra sob falência, concurso de credores, concordata ou em processos de dissoluções ou liquidações (Modelo – Anexo VI).

e). Assume inteira responsabilidade pela perfeita execução/aquisição do objeto dessa licitação, que tem pleno conhecimento das condições estabelecidas, está de acordo com todas as cláusulas, itens e condições do presente Edital e seus anexos, e atende todas as normas aplicáveis ao objeto. Não podendo em qualquer hipótese, invocar circunstância alguma, como elemento eventualmente impeditivo do perfeito cumprimento das obrigações. (Modelo – Anexo VI).

13.5.2. Os originais ou cópias autenticadas deverão ser encaminhados pelos Correios no endereço: ÁGUAS DO PANTANAL Serviços de Saneamento Ambiental de Cáceres-Setor de Licitações, Rua Voluntários da Pátria, nº 548 - Centro - CEP 78.210-210 – CÁCERES-MT, ou protocoladas diretamente no Protocolo Geral da Autarquia, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do encerramento da sessão;

13.5.2.1 Em caso de envio da documentação via Correios, a empresa vencedora deverá encaminhar no endereço eletrônico e-mail: licitacao@aguasdopantanal.eco.br, o comprovante de postagem, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após ser declarada vencedora pelo (a) Pregoeiro (a), com vistas à constatação do cumprimento do prazo exigido, sob pena de inabilitação.



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

13.5.2.2. Todas as licitantes deverão apresentar os documentos específicos para a participação nesta licitação, **preferencialmente entregues numerados e na sequência do Edital**, a fim de permitir celeridade na conferência e exame correspondentes.

13.5.3. Os documentos assinados digitalmente poderão ser enviados via e-mail dispensando assim o envio destes por correios de acordo com a Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

13.5.4. As certidões que podem ser emitidas e autenticadas por meio dos sites correspondentes, também serão dispensadas o envio físico via correios. Porém, essa dispensa não se aplica a certidões específicas NÃO EMITIDAS OU ASSINADAS DIGITALMENTE.

13.8. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

a) Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, ou;

b) Se a licitante for à filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

c) O (s) atestado (s) de capacidade técnica/responsabilidade técnica poderão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou da (s) filial (ais) da licitante.

13.9. Os documentos exigidos deverão estar com prazo vigente e poderão ser apresentados em originais ou cópias autenticadas em cartório ou decorrentes de publicações em órgão da Imprensa Oficial, perfeitamente legíveis, sob pena de INABILITAÇÃO.

13.9.1. Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas.

13.10. Ao Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

13.11. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o (a) Pregoeiro (a) considerará a proponente inabilitada.

13.12. Os documentos apresentados no envelope de habilitação sem disposição expressa do órgão expedidor quanto à sua validade, **terão o prazo de vencimento de 90 (noventa) dias contados a partir da data de sua emissão.**

13.13. Poderá o (a) Pregoeiro (a) declarar qualquer fato formal, desde que não implique desobediência à legislação e for evidente a vantagem para a Administração, devendo também, promover diligência para dirimir a (s) dúvida (s).

13.14. Constatando através da diligência o não atendimento ao estabelecido, o (a) Pregoeiro (a) considerará a proponente inabilitada e prosseguirá a sessão.

13.15. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitações de documentos em substituição aos documentos requeridos e nem a inclusão posterior de documento no presente Edital e seus Anexos.

13.16. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos e, observado ainda o disposto neste Edital, o (a) Pregoeiro (a) considerará o proponente inabilitado, salvo as situações que ensejarem a aplicação do disposto nas Leis Complementares n.ºs 123/2006 e 147/2014.

13.17. Aquele que ensejar declaração falsa, ou que dela tenha conhecimento, nos termos do artigo 299 do Código Penal, ficará sujeito às penas de reclusão, de um a cinco anos, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular, independente da penalidade estabelecida no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/02 e legislação vigente.

13.18. Constatado o atendimento das exigências de habilitação fixadas neste Edital, a licitante – 1ª classificada – será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

14. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

14.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o (a) Pregoeiro (a) declarará o licitante vencedor.

14.2. Caso a oferta não seja aceitável ou o licitante desatenda às exigências habilitatórias, o (a) Pregoeiro (a) examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e os documentos de habilitação do proponente, na ordem de classificação **NA PLATAFORMA ELETRÔNICA**, até que um licitante atenda às condições fixadas neste Edital, e seja declarado vencedor;

14.2.1. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

14.3. Aclamação do (s) Licitante (s) vencedor (es).



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

- 14.4.** Registro das manifestações em campo próprio no sistema, dos demais licitantes quanto à intenção ou não de recorrer da decisão proferida pelo (a) Pregoeiro (a), devidamente motivada, se houver manifestação positiva nesse sentido;
- 14.5.** Adjudicação do objeto da licitação, caso “não haja manifestação quanto à intenção de interpor recurso administrativo”;
- 14.6.** Registro na Ata da Sessão pelo (a) Pregoeiro (a) e publicação da referida no site;
- 14.7.** Homologada a licitação pela autoridade superior, deverá ser procedida à convocação do adjudicatário para assinar a Ata de Registro de Preços no **prazo de 05 (cinco) dias úteis**.
- 14.8.** Ao critério da licitante, a Ata de registro de Preços poderá ser assinada digitalmente e enviada via e-mail, dispensando assim o seu envio físico, ou assinatura presencial, conforme o disposto na Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

15. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 15.1.** Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, expondo os motivos em campo próprio do Sistema Eletrônico, **no prazo de 30 (trinta) minutos**, contados da declaração de vencedor.
- 15.1.1.** Após a manifestação no sistema, será concedido o **prazo de 03 (três) dias úteis** para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar as contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.
- 15.1.2.** As petições deverão ser enviadas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social, nº do processo, nº do pregão e telefone para contato), para o endereço eletrônico licitacao@aguasdopantanal.eco.br, ou encaminhados à Comissão Permanente de Licitação/SSAAP, situada à Rua Voluntários da Pátria, nº 548, Centro, CEP: 78210-210 – Cáceres/MT.
- 15.1.3. Após postagem pelos correios enviar via e-mail o comprovante de postagem para comprovação de cumprimento do prazo estabelecido em Edital.**
- 15.2.** A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro (a) ao vencedor.
- 15.3.** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 15.4.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, os quais serão mencionados em campo próprio no site - mensagens, a entidade promotora da licitação adjudicará o objeto e submeterá à autoridade competente para homologar o resultado da licitação e determinar a contratação.
- 15.5.** De todos os atos e decisões do (a) Pregoeiro (a), relacionados com o Pregão Eletrônico, cabe recurso.
- 15.6.** Cabe ainda, recurso contra a decisão que:
- a).** Anular ou revogar o Pregão Eletrônico.
- b).** Determinar a aplicação das penalidades de advertência, multa, suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.
- 15.6.1.** Os recursos de que tratam este item deverão ser interpostos no **prazo de 05 (cinco) dias úteis** a contar da intimação do ato, e terão efeito suspensivo.
- 15.6.2.** As intimações dos atos referidos no Edital serão feitas mediante publicação na imprensa oficial e pelo site oficial da licitação <http://www.bllcompras.org.br/>.
- 15.6.3.** Interpostos os recursos de que trata o item 15.6 deste Edital, serão publicados no site oficial da licitação www.bll.org.br para conhecimento dos demais licitantes, que poderão impugná-los no **prazo de 05 (cinco) dias úteis**.
- 15.6.4.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão acolhidos.
- 15.6.5.** O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar a sua decisão, no **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, ou nesse mesmo prazo fazê-lo subir, devidamente informados, devendo nesse caso, a decisão ser proferida no **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contado do recebimento do recurso.
- 15.7.** Na contagem dos prazos recursais excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento.
- 15.8.** Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados, no setor de Licitações, ÁGUAS DO PANTANAL Serviços de Saneamento Ambiental de Cáceres, Rua Voluntários da Pátria, nº 548 – Centro – CEP 78210-210 – Cáceres/MT.



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

15.9. Na ocorrência de manifestação ou interposição de recurso de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá, assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº. 10.520/02 e legislação vigente.

16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1. Proclamado o resultado final da licitação, promoverá o (a) Pregoeiro (a), a remessa dos autos à autoridade superior, para:

16.1.1. Confirmar o julgamento, determinando a homologação do objeto licitado ao proponente classificado em primeiro lugar.

16.1.2. Ordenar a retificação da classificação no todo ou em parte, se verificar irregularidade corrigível no julgamento.

16.1.3. Anular o julgamento, ou todo procedimento licitatório, se deparar com irregularidade insanável e prejudicial ao certame, em qualquer fase do Processo Licitatório.

16.1.4. Revogar a licitação, por motivo de conveniência ou oportunidade, desde que comprovado e ocorrido depois de instaurada a competição.

16.2. O resultado do presente certame será publicado e divulgado pelo (a) Pregoeiro (a) no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso, da Associação Mato-Grossense dos Municípios – AMM, <https://diariomunicipal.org/mt/amm/>.

17. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. Homologado o processo licitatório pela autoridade competente, a Comissão de Licitações da Autarquia ÁGUAS DO PANTANAL convocará a licitante vencedora para, no prazo de **até 05 (cinco) dias úteis**, assinar a Ata de Registro de Preços e demais documentos necessários, sob pena de decair do direito de Registro.

17.2. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de até **12 (doze) meses** a partir da data de sua assinatura, sendo que durante este período a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação.

17.2.1. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços - SRP terão sua vigência conforme as disposições contidas nos respectivos instrumentos convocatórios e respectivos contratos decorrentes, obedecido ao disposto no § 4º, do Art. 5º, do Decreto Municipal nº 157, de 20 de março de 2019, bem como no art. 57, da Lei nº. 8.666, 21 de junho de 1993.

17.3 A existência dos preços registrados não obriga a Administração e outros Órgãos/Entidades a firmarem contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição (ões), sendo obedecida a legislação pertinente, assegurando ao detentor do registro a preferência de fornecimento do (s) produto (s), em igualdade de condições.

17.4. Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item, respeitadas a legislação, observando-se o seguinte:

17.4.1. O (s) preço (s) registrado (s) e a indicação do(s) respectivo(s) fornecedor (es) serão divulgados no Site da ÁGUAS DO PANTANAL, <http://www.aguasdopantanal.eco.br>, bem como através de publicações no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso, da Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM <https://diariomunicipal.org/mt/amm/>.

17.4.2. Quando das contratações decorrentes do registro de preços respeitar-se-á a ordem de classificação das empresas constantes da Ata.

17.4.3. Os órgãos participantes do registro de preços deverão, quando da necessidade do fornecimento do objeto, recorrerem ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que este proceda à indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados.

17.4.4. Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de qualidade ou desempenho superior, devidamente justificada e comprovada a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

17.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão municipal ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

17.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do **PREGÃO ELETRÔNICO/ REGISTRO DE PREÇOS**, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar formalmente o pedido e interesse junto ao órgão gerenciador da Ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão, com descrição e especificação do produto e quantitativo do Item que tenha interesse, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados.

17.5.2. Caberá à Fornecedora beneficiária da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

17.5.3. Os fornecimentos adicionais a que se refere o **item 17.5** não poderão exceder, por órgão ou entidade, **a 50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

17.5.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não pode exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

17.5.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

17.5.6. Ao órgão não participante compete os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

17.5.7. O órgão que efetivar o fornecimento será responsável pelos atos relativos ao cumprimento, pelo fornecedor, das condições pactuadas, aí incluída a aplicação de eventuais penalidades.

17.6. Caberá ao órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, descrever no seu pedido:

17.6.1. A especificação/descrição do objeto pretendido, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas.

17.6.2. A estimativa de quantidades a serem fornecidas no prazo de validade do registro.

17.6.3. O preço unitário e total do estimado das quantidades a serem fornecidas.

17.6.4. A quantidade total de unidades a ser aderida, por item.

17.6.5. O prazo de validade de registro de preço.

17.6.6. Descrição das condições quanto aos locais e prazos de entrega, forma de pagamento, dotação orçamentária e, complementarmente, quando cabíveis, a frequência, periodicidade, características dos produtos a serem fornecidos e utilizados, procedimentos a serem seguidos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados por parte do fornecedor.

17.7. Fazer acompanhamento dos orçamentos prévios para comprovação de vantagens.

17.8. Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços que, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terão efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

17.9. A aquisição com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviços, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

17.10. A Ata de Registro de Preços não poderá sofrer acréscimos em seus quantitativos, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

17.10.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso “II” do *caput* do artigo 65 da Lei nº 8.666 de 1993.

17.10.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deve:

17.10.2.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

17.10.2.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

17.10.2.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

17.10.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

17.10.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

17.10.3.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

17.10.3.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

17.10.4. Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo órgão solicitante.

17.11. As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, serão publicadas pelo setor de Licitações da ÁGUAS DO PANTANAL.

17.12. A divulgação do extrato da Ata de Registro de Preços ocorrerá por publicação no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso, da Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM <https://diariomunicipal.org/mt/amm/>.

18. DO CONTRATO E DE SUA VIGÊNCIA

18.1. A licitante vencedora do certame deverá comparecer quando convocada no **prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da convocação formal, para assinatura do instrumento contratual.

18.2. As cláusulas e condições contratuais, inclusive as sanções por descumprimento das obrigações serão aquelas previstas neste Edital, bem como aquelas previstas na minuta do contrato, que estará disponível no site da Autarquia “Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal” - www.aguasdopantanal.eco.br.

18.3. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, isto é, **12 (doze) meses**, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de **60 (sessenta) meses**, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

18.3.1 Os serviços tenham sido prestados regularmente;

18.3.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza **CONTINUADA**;

18.3.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

18.3.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

18.3.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

18.3.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação; e

18.3.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

18.3.8. O contrato deverá ser gerado em 04 (quatro) vias de igual teor.

18.3.9. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

18.3.10. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

18.4. Os valores contratados serão fixos e irrevogáveis, durante vigência do contrato e suas possíveis prorrogações, exceto para o caso do item 18.4.1.

18.4.1. O contrato poderá ser alterado nas hipóteses do art. 65 da Lei n. 8.666/1993.

18.5. Constarão no contrato todas as obrigações, direitos e deveres previstos neste Edital.

18.6. Como condição para emissão da Nota de Empenho, a licitante vencedora deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada.

18.7. Se as certidões referidas no item anterior não comprovarem a situação regular da licitante, será rescindido o contrato, além das penalidades cabíveis e serão chamados outros licitantes, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o (a) Pregoeiro (a) examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, salvo no caso de recusa no prazo de validade de sua proposta.

18.8. A divulgação do extrato do contrato ocorrerá por publicação no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas no endereço eletrônico <http://www.tce.mt.gov.br> e no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

Mato Grosso, da Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM
<https://diariomunicipal.org/mt/amm/>.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1. A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes no Contrato Administrativo, Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

19.1.1. Enviar mensalmente no e-mail (operacional.aguasdopantanal@gmail.com) a quantidade de análises realizadas para confirmação da emissão da nota fiscal.

19.1.2. Responsabilizar-se pela idoneidade do laudo entregue ao **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL**.

19.1.3. Prestar os serviços em estrita observância às condições da sua proposta e condições estabelecidas no termo contratual.

19.1.4. A empresa **CONTRATADA** deverá disponibilizar e enviar todos os kits (frascos, caixa térmica e gelo);

19.1.5. A **CONTRATADA** é responsável pelas despesas com hospedagem, alimentação e transporte que se fizerem necessário para execução do contrato.

19.1.6. Manter, durante toda a execução dos serviços, as condições de habilitação e qualificação exigidas no contrato.

19.1.7. A **CONTRATADA** deve comunicar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

19.2.1. A **CONTRATADA** deve manter o valor total de mercado, sem qualquer acréscimo que não esteja estipulado neste instrumento.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

20.1. Proporcionar a **CONTRATADA** todas as informações inerentes para execução das atividades previstas no Contrato Administrativo, Termo De Referência e sua proposta.

20.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratual.

20.3. Determinar o responsável para o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratual.

20.4. Efetuar o recebimento do laudo das análises físico-químicas e microbiológicas, de acordo com o Contrato Administrativo, Termo De Referência e sua proposta, verificando se o mesmo está em conformidade com o solicitado.

20.5. Comunicar imediatamente a contratada qualquer irregularidade constatada na entrega dos produtos.

20.6. Aplicar as penalidades previstas no Termo De Referência e no presente instrumento, na hipótese de a **CONTRATADA** não cumprir o contrato, arcando a referida empresa com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar ao **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL**.

20.7. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecida no **TERMO DE REFERÊNCIA**;

20.8. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no **TERMO DE REFERÊNCIA** e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

20.9. Comunicar à **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

20.10. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da **CONTRATADA**, através de servidor especialmente designado;

20.11. A **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente **TERMO DE REFERÊNCIA**, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

21. DO PAGAMENTO

21.1. A Nota Fiscal/ fatura deverá ser emitida em duas vias, somente após o recebimento da Nota de Empenho, devendo ser encaminhada juntamente com a entrega do material solicitado e/ou o serviço prestado.

21.2. A data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura será devidamente registrada nos autos do processo pelo responsável pelo recebimento do mesmo.

21.3. O pagamento será efetuado mensalmente, conforme demanda efetivamente executada, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura e de planilha com a discriminação dos itens consumidos e dos serviços executados, com preços unitários, parciais e totais, referente a todas as manutenções ocorridas naquele período.

21.4. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária, bem como o acréscimo ou desconto, relativos à aplicação da taxa de administração.

21.5. Caso se constate alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

21.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

21.7. Para que se proceda efetivamente o pagamento, a Contratada deverá seguir os seguintes procedimentos:

21.8.1. Deverá, obrigatoriamente, fazer acompanhar da Nota Fiscal/fatura, todas as certidões de Regularidade fiscal, devidamente válidas.

21.8.1.1. Certidão Conjunta de Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Previdenciária, (com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014), podendo ser retirada através dos sites: www.receita.fazenda.gov.br ou www.pgfn.fazenda.gov.br;

21.8.1.2. Certidão Negativa de Débito relativa a créditos tributários e não tributários estaduais geridos pela Procuradoria Geral do Estado e pela Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio tributário da licitante;

21.8.1.3. Certificado de Regularidade relativo à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

21.8.1.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

21.8.1.5. A Contratada deverá manter durante toda a vigência contratual, a plena regularidade fiscal, exigida em Lei, e caso não apresente a efetiva documentação de regularidade fiscal necessária, dentro do prazo legal, o recebimento ficará prejudicado podendo ser suspenso ou interrompido, independentemente das penalidades legais aplicáveis ao fato, até que a empresa regularize a situação.

21.9. Deverá constar na Nota Fiscal/Fatura algumas informações básicas tais como:

a) Razão Social;

b) Número da Nota Fiscal/Fatura;

c) Data de emissão;

d) Nome do órgão Solicitante;

e) Descrição do produto/serviço;

f) Quantidade, preço unitário, preço total;

g) Dados Bancários (nome e número do banco, número da agência, número da conta corrente);

h) Número do Contrato;

i) Número da Nota de Empenho;

j) Discriminar os valores referentes às retenções dos impostos devidos ao Município (ex. IR, ISSQN, etc...), bem como a retenção previdenciária prevista na lei nº 9.711/98, Instrução Normativa nº 1300/2012 RFB;

k) Não deverá possuir rasuras.

21.9.1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, antes da sua efetiva liquidação.

21.9.2. O pagamento dar-se-á por intermédio de Nota de Ordem Bancária e em moeda corrente nacional, conforme art. 5º da Lei nº. 8.666/93.

21.10. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras impostas à contratada em virtude de penalidade ou inadimplência. O atraso no pagamento por este motivo não ensejará direito de atualização monetária à Contratada.



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

- 21.11.** A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.
- 21.12.** É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente instrumento para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Administração.
- 21.13.** O pagamento será efetuado observando-se a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei nº 8.666/93.
- 21.14.** Os pagamentos referentes aos serviços executados serão efetuados mensalmente, conforme tabela de manutenção de veículos a ser seguida.
- 21.15.** Não será aceita Nota Fiscal/Fatura sem as informações requeridas no item 21.9.
- 21.16.** O condutor do veículo ou equipamento por este encaminhado para manutenção atestará se o serviço discriminado na nota fiscal foi o realizado em campo.
- 21.17.** A **CONTRATADA** deverá indicar no corpo da Nota Fiscal, o nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;
- 21.18.** Nenhum pagamento isentará a **CONTRATADA** das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento;

22. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1. As despesas decorrentes da execução do presente Edital correrão à conta de Recursos Próprios, alocado sob a classificação funcional:

Ficha/Órgão/Unidade	Funcional-Programática	Natureza de Despesas	Fonte de Recursos
52.04.18	17.512.1007.2211	3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros - PJ	100 - Recursos Próprios
15.04.18	17.512.1007.2211	3.3.90.39.33 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS	100 – Recursos Próprios

23. DAS ESPECIFICAÇÕES, DA GARANTIA, DA SOLICITAÇÃO DO SERVIÇO, DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO.

- 23.1.** Os objetos deverão ser fornecidos em conformidade com as normas e legislação vigentes.
- 23.2.** A especificação dos objetos pretendidos encontra-se definida no Termo de Referência (Anexo I do presente Edital):

23.3. Da Garantia

- 23.3.1.** A **CONTRATADA** se sujeita ao prazo de garantia legal pela prestação dos seus serviços, nos termos estabelecidos no artigo 26 da Lei 8.078/90, subsistindo para a **CONTRATANTE** o direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação em 30 (trinta) dias para serviços ou produtos não duráveis e 90 (noventa) dias para produtos e serviços duráveis;
- 23.3.2.** Qualquer outra garantia pela prestação do serviço será considerada como garantia contratual, a ser estabelecido entre as partes no contrato a ser pactuado, não se sobrepondo a garantia legal estabelecida anteriormente.

23.4. Da Solicitação dos Serviços, das Condições e Prazos de Pagamentos

- 23.4.1.** A **CONTRATANTE** emitirá a nota de empenho nas quantidades e serviços a serem realizados mensalmente, encaminhando para a **CONTRATADA** para a mesma enviar os kits para efetuação das coletas;
- 23.4.2.** Os materiais para as coletas serão armazenados no laboratório de análises físico-químicas do **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL**, ficando o responsável pelo setor encarregado da guarda e armazenamento, não permitindo a deterioração do material.
- 23.4.3.** A Nota Fiscal deverá ser emitida mensalmente somente após a realização de todas as análises solicitadas e o envio dos resultados em conformidade com os prazos estabelecidos no item 08;
- 23.4.4.** A data da apresentação da Nota Fiscal será devidamente registrada nos autos do processo pelo responsável pelo recebimento do mesmo;



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

23.4.5. O pagamento das despesas do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal será efetuado à contratada em até **15 (quinze) dias** após o recebimento da nota fiscal;

23.4.6. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal o número, nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

23.4.7. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

23.4.8. Nenhum pagamento isentará a contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento;

23.4.9. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

23.4.2. É de Critério da Autarquia Águas do Pantanal rejeitar o serviço, no todo ou em parte, desde que o serviço entregue esteja em desacordo com as especificações e condições do **TERMO DE REFERÊNCIA**.

23.4.3. Todos os encargos relativos à prestação de serviço correrão por conta da CONTRATADA.

24. DA FISCALIZAÇÃO E DA EXECUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

24.1. A fiscalização será exercida pela Engenheira Química **THAIS CRISTINA COUTO HURTADO**, portadora do **CPF: 051.690.411-60**; e-mail para contato: **operacional.aguasdopantanal@gmail.com** ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Autarquia;

24.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e na ocorrência desta não implica em corresponsabilidade da Autarquia ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

24.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou vícios observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

25. DOS SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS E DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DO MATERIAL

25.1. Dos Serviços a serem realizados:

25.1.1. Disponibilizar e enviar todos os kits (frascos, caixa térmica e gelo) necessários para coleta da análise;

25.1.2. As coletas para análises serão realizadas pela equipe técnica da Águas do Pantanal acondicionando no kit para coleta (caixa térmica, gelo e frascos) disponibilizado pela empresa contratada.

25.1.3. O kit devidamente acondicionado estará no laboratório físico-químico da Autarquia (sítio Rua Voluntário da Pátria, nº 548, bairro Centro – Cáceres) para que a empresa vencedora do certame proceda o deslocamento da amostra até o laboratório que realizará a análise, atendendo o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para proceder a análise, conforme legislação vigente estabelece;

25.1.4. A empresa contratada deverá disponibilizar o laudo com a descrição detalhada do material coletado, discriminado o valor ideal e o valor encontrado na amostra de água, conforme legislação vigente. Estes documentos deverão ser conclusivos, claros e objetivos, de forma a não suscitar dúvidas ou interpretações dúbias relativas à potabilidade da água;

25.1.5. Os laudos emitidos deverão ser assinados por profissional legalmente habilitado;

25.1.6. A apresentação dos resultados das análises deve ser reportada em laudo, relatórios ou boletins de análise, de forma impressa para o Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, tal como, antecipado por e-mail (operacional.aguasdopantanal@gmail.com) de forma clara, objetiva e, sobretudo correta. Os documentos devem conter todas as informações necessárias para que a contratante possa compreender o conteúdo integral do documento: Os laudos devem conter no mínimo:

(1) Timbre do laboratório;



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

- (2) Dados do cliente;
- (3) Identificação do local de amostragem, data e horário da coleta (fornecidos pelo contratante);
- (4) Data e horário da entrada da amostra no laboratório e data da execução do ensaio;
- (5) Identificação do método de análise utilizado para cada parâmetro analisado;
- (6) Limites de quantificação (LQ); e,
- (7) Limite de detecção (LD).

25.1.7. Nos laudos de análises deve constar a conclusão dos mesmos comparando os resultados com a legislação pertinente, inclusive sendo apresentada nas mesmas unidades de medidas da legislação vigente;

25.1.8. A empresa ganhadora do certame será responsável pela idoneidade do laudo entregue ao “Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal”.

25.2. Do Prazo e Local de Entrega do Material:

25.2.1 A empresa CONTRATADA deverá disponibilizar todos os kits (frascos, caixa térmica e gelo) necessários para coleta das análises. Os materiais para as coletas deverão ser entregues antecipadamente no **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL** localizado na Rua Voluntários da Pátria, nº 548, bairro Centro, CEP 78210-210 em data e horário previamente agendados com o Responsável Técnico e/ou com o analista;

25.2.2. As metodologias de coleta e análise utilizadas deverão estar de acordo com as normas específicas, nacionais e internacionais recentes, tais como: *Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater* de autoria das instituições *American Public Health, Association (APHA)*, *American Water Works Association (AWWA)* e *Water Environment Federation (WEF)*; *United States Environmental Protection Agency (USEPA)*; normas publicadas pela *International Standardization Organization (ISO)*; e metodologias propostas pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

25.2.3. A empresa contratada para proceder as análises das amostras deverá remeter mensalmente o laudo impresso para o Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, tal como, antecipado por e-mail (operacional.aguasdopantanal@gmail.com/aguasdopantanal.eco@gmail.com), da seguinte maneira:

- a) Emitir o resultado do ensaio de amostra de efluente bruto e tratado em até 30 (trinta) dias, em conformidade com a Resolução CONAMA nº 430/11 “Dispõe sobre as condições e padrões de lançamentos de efluentes, complementa e altera a Resolução nº 357/2005”;
- b) Emitir o resultado de ensaio de amostra de corpo de água (montante e jusante) em até 30 (trinta) dias, em conformidade com a Resolução CONAMA nº 357/2005 “Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamentos de efluentes, e dá outras providências”;
- c) Emitir o resultado de ensaio de amostra de água bruta e potável em até 07 (sete) dias, análise de coliforme totais, *Escherichia coli*, Cianobactérias e bactérias heterotróficas;
- d) Emitir o resultado da amostra de água potável, portaria completa, PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 05 de 28/09/2017 (Origem: Portaria MS Nº 2914/11), em até 30 (trinta) dias;
- e) Emitir o resultado do ensaio de amostra de água subterrânea de poços de monitoramento em até 30 (trinta) dias, em conformidade com a Resolução CONAMA nº 420/09 “Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas”;
- f) Os limites de quantificação, limites de detecção e, conseqüentemente, a escolha da metodologia para a execução dos parâmetros analíticos solicitados, devem ser adequados e compatíveis com os valores estipulados pela legislação vigente (Portaria de Consolidação nº 5/2017, Anexo XX, Resolução CONAMA 357/2005, Resolução CONAMA 430/2011 e Resolução CONAMA 420/2009), assim como a nomenclatura dos parâmetros solicitados;

25.2.4. Caso a **CONTRATADA** não cumprir o prazo acima estabelecido sofrerá as sanções previstas



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

na Lei 8.666/93 e suas alterações.

25.2.5. É facultada à Engenharia Química rejeitar o produto, no todo ou em parte, desde que o objeto entregue esteja em desacordo com as especificações e condições do presente **Termo de Referência**.

25.2.6. Todos os encargos relativos à entrega do material da coleta e envio, será por conta da empresa **CONTRATADA**.

26. DO DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

26.1. Os Serviços encontram-se minuciosamente detalhados no Termo de Referência nº 74/2020 – SSAAP (ANEXO I)

27. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA E DA SUBCONTRATAÇÃO

27.1. A empresa contratada deverá atender as seguintes exigências:

27.2. Licença sanitária para funcionamento do estabelecimento, obtida junto ao órgão de vigilância sanitária do município da sede da empresa onde irá proceder a análise;

27.3. Licença de operação junto a SEMA – Secretaria de Estado e Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso ou junto ao órgão de controle ambiental do Estado ou Município da sede do licitante;

27.4. Registro no Conselho Regional de Química – CRQ e/ou Registro no Conselho Regional de Biologia – CRBio, ou outro a que a lei atribua a competência para o registro de profissionais e empresas legalmente habilitados para realização dos serviços integrantes do objeto do presente;

27.5. Acreditação do Laboratório junto ao INMETRO, conforme Norma ABNT NBR ISO/IEC 17025:2005, registro junto a ANVISA, com emissão de REBLAS e registro no Conselho de Classe (CRQ ou outros). A acreditação será avaliada com o certificado do INMETRO apresentado e consulta ao site;

27.6. Em caso de terceirização dos parâmetros mencionados, a subcontratada deverá apresentar acreditação dos mesmos de acordo com o Termo de Referência;

27.7. De acordo com:

27.7.1 PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 5, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017, “Dos Laboratórios de Controle e Vigilância” (Origem: PRT MS/GM 2914/2011, CAPÍTULO III, Seção V): *Art. 21.* As análises laboratoriais para controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano podem ser realizadas em laboratório próprio, conveniado ou subcontratado, desde que se comprove a existência de sistema de gestão da qualidade, conforme os requisitos especificados na NBR ISO/IEC 17025:2005.

27.7.2. RESOLUÇÃO CONAMA Nº 430, DE 13 DE MAIO DE 2011, complementa e altera a Resolução Conama nº 357/2005: *Art. 26.* Os ensaios deverão ser realizados por laboratórios acreditados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial-INMETRO ou por outro organismo signatário do mesmo acordo de cooperação mútua do qual o INMETRO faça parte ou em laboratórios aceitos pelo órgão ambiental competente.

28. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

28.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

28.1.1. Deixar de executar total ou parcialmente qualquer uma das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

28.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

28.1.3. Fraudar na execução do contrato;

28.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

28.1.5. Cometer fraude fiscal;

28.1.6. Não manter a proposta.

28.2. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital, sujeita a contratada a multas, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

28.2.1. Quanto ao atraso para assinatura do contrato:

a) Atraso até 02 (dois) dias, ensejará multa de 2 % (dois por cento);



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

b) A partir do 3º (terceiro) até o limite do 5º (quinto) dia, multa de 4 % (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia de atraso.

28.3. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

28.4. Se a adjudicatária se recusar a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, se sujeita às seguintes penalidades na forma da Lei nº 10.520/02:

a) Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;

b) Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Órgãos/Entidades por prazo de até 05 (cinco) anos;

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

28.5. A empresa licitante ou contratada que for convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, e deixar de celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame, ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, e será descredenciada do sistema de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, em conformidade com o art. 7º da Lei nº.10.520/2002 e artigos 137 e 138 do Decreto Estadual nº. 7.217/2006.

28.6. A **CONTRATADA** que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

28.7. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a **CONTRATANTE**;

28.8. Multa moratória de 0,5% (cinco décimos de um por cento) por uma quinzena de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

28.9 Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso, de inexecução total do objeto;

28.10. Em caso de inexecução parcial, multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

28.11. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

28.12. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a **CONTRATANTE** pelos prejuízos causados;

28.13. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, inciso III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

28.14. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

28.15. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

28.16. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

28.17. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

28.18. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à **CONTRATANTE**, observado o princípio da proporcionalidade.

28.19. A multa eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer *jus*, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber deste Órgão, ser-lhe-á concedido o **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda o ÓRGÃO proceder à cobrança judicial da multa, na forma da Lei.



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

28.20. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao ÓRGÃO.

29. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

29.1. É facultada ao (à) Pregoeiro (a) ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

29.2. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

29.2.1. A anulação do procedimento induz à anulação do Contrato.

29.2.2. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da CONTRATADA de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

29.3. As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta e o ÓRGÃO não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

29.4. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

29.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será redesignada para novo dia, hora e local, e tão logo definida, será novamente divulgada na forma da Lei.

29.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal no ÓRGÃO.

29.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis as aferições das suas qualificações e as exatas compreensões da sua proposta, durante a realização da sessão pública de PREGÃO.

29.8. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

29.9. Os Licitantes poderão retirar o Edital via Internet através do endereço eletrônico <http://www.aguasdopantanal.eco.br>.

29.10. A entrega do resultado desta licitação não implicará direito à homologação.

29.11. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

29.12. Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei 10.520/2002 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93.

29.13. Poderá o (a) Pregoeiro (a) no interesse da administração, relevar omissões puramente formais, desde que:

29.13.1. Não comprometam a lisura e o caráter competitivo da licitação.

29.13.2. Possam ser sanadas, no prazo determinado pelo (a) Pregoeiro (a).

29.14 Da sessão lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes, devendo a mesma, ao final, ser assinada pelo (a) Pregoeiro (a).

30. DOS ANEXOS REFERENCIAIS

30.1. São partes integrantes deste Edital:

- a) ANEXO I – Termo de Referência
- b) ANEXO II – Modelo proposta de preços
- c) ANEXO III – Modelo de Carta de Credenciamento
- d) ANEXO IV – Modelo de Atestado de Capacidade Técnica
- e) ANEXO V – Declaração para ME e EPP
- f) ANEXO VI – Modelo de Declaração (Empregador Pessoa Jurídica)
- g) ANEXO VII – Ata de Registro de Preços
- h) ANEXO VIII – Minuta do Contrato



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL N° 060/2020 – 1Doc

Cáceres-MT, 30 de novembro de 2020.

JUNIOR CEZAR DIAS TRINDADE
Diretor Executivo



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA Nº 74/2020

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente **TERMO DE REFERÊNCIA** a **Futura e Eventual contratação de empresa especializada e credenciada junto aos órgãos competentes para realização de análises laboratoriais de controle e monitoramento da qualidade da água produzida e distribuída pelo Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal - SSAAP aos munícipes de Cáceres-MT, incluindo distritos, bem como, realização de análises para o controle de qualidade das estações de tratamento de esgoto e monitoramento de poços do aterro sanitário e do antigo “lixão” na quantidade e especificação detalhada no subitem 1.2;**

1.2. DETALHAMENTO DO OBJETO:

LOTE 01						
ITEM	DESCRIÇÃO	CÓD. TCE	UND	QNT	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Análise de Água Potável - Portaria de Consolidação nº 05/2017, do Ministério da Saúde Completa (Anexos 7, 9 e 10 do Anexo XX).	00016144	UND	72	2.500,00	180.000,00
02	Análise de Água Potável - Desinfetantes e produtos secundários da desinfecção (Anexo 7 do Anexo XX - Portaria de Consolidação nº 05/2017).	273352-8	UND	10	693,93	6.939,30
03	Análise de Água Potável - Padrão de radioatividade da água para consumo humano (Anexo 9 do Anexo XX - Portaria de Consolidação nº 05/2017) - manancial superficial (bruta).	00025717	UND	4	1.050,00	4.200,00
04	Análise de Água bruta e potável - Controle da qualidade de água de abastecimento para fins de análises microbiológicas (Anexo 13 do anexo XX - Portaria de Consolidação nº 05/2017).	215845-0	UND	3.000	48,00	144.000,00
05	Ensaio em água potável a fim de avaliar a integridade do sistema de distribuição – Análise de bactérias heterotróficas.	00033227	UND	310	42,50	13.175,00
06	Análise de Cianobactéria - Monitoramento do manancial superficial de abastecimento de água (Anexo 11 do Anexo XX - Portaria de Consolidação nº 05/2017).	0009666	UND	48	280,00	13.440,00
07	Análise de Cianotoxinas - Padrão de cianotoxinas da água para consumo humano (Anexo 8 do anexo XX - Portaria de Consolidação nº 05/2017).	00014911	UND	48	350,00	16.800,00
08	Análises de águas superficiais contidas na Resolução CONAMA nº 357 de 17/03/2005 – Análise completa.	00014912	UND	10	2.303,47	23.034,70
09	Análise de água subterrânea para outorga de direito de uso - SEMA	0009667	UND	20	385,00	7.700,00



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL N° 060/2020 – 1Doc

10	Monitoramento de vírus entéricos no ponto de captação proveniente de manancial superficial.	00015055	UND	6	736,00	4.416,00
11	Ensaio de amostra de efluente bruto e tratado em conformidade com a Resolução CONAMA N° 430/2011.	00027262	UND	150	440,00	66.000,00
12	Ensaio de amostra de corpo de água, a montante e jusante do ponto de lançamento de efluentes em conformidade com a Resolução CONAMA N° 430/2011.	00026909	UND	150	440,00	66.000,00
13	Ensaio de lodo para monitoramento das estações de tratamento de Esgoto.	416435-0	UND	24	90,00	2.160,00
14	Ensaio de amostra de corpo de água subterrânea, em conformidade com a Resolução CONAMA N° 420/2009 e PT N° 133982 / CPLRS / SUIMIS / 2020.	00016825	UND	50	666,15	33.307,50
15	Ensaio de amostra de corpo de água subterrânea de metais pesados, em conformidade com a Resolução CONAMA N° 420/2009 e PT N° 133982 / CPLRS / SUIMIS / 2020.	00027148	UND	25	564,19	14.104,75
16	Ensaio de amostras de efluentes provenientes da lagoa de tratamento, em conformidade com a Resolução CONAMA 430/2011 e PT N° 133982 / CPLRS / SUIMIS / 2020.	00016145	UND	20	980,00	19.600,00
VALOR TOTAL						R\$ 614.877,25

1.3. OBJETIVO DAS REALIZAÇÕES DAS ANÁLISES, PONTOS DE COLETAS E DESCRIÇÕES DOS PARÂMETROS A SEREM ANALISADOS:

1.3.1. DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA:

1.3.1.1. Tendo em vista que o sistema de abastecimento da cidade de Cáceres é um sistema integrado, composto por manancial superficial e subterrâneo, os quais se unem na rede de distribuição para abastecimento da população, denominado SAA Central, foram considerados 1 (um) ponto de captação superficial o Rio Paraguai e 5 (cinco) pontos de captação subterrânea: PT – Cohab Nova, PT - Jardim Padre Paulo, PT – Residencial Universitário, PT – Santo Antônio e PT – Garcês;

1.3.1.2. O sistema de abastecimento dos distritos do município é definido como sistemas isolados, compostos por captação subterrânea, e após a desinfecção, a produção de água é direcionada diretamente para a rede de abastecimento. Neste caso, cada distrito/comunidade foi considerado como Sistema de Abastecimento de Água Isolado, sendo estes: SAA Caramujo, SAA Horizonte D'Oeste, SAA Nova Cáceres (Sadia), SAA Clarinópolis e SAA Limão. Atualmente, existem 4 poços em operação e está previsto a perfuração de 5 poços tubulares profundo, totalizando 9 (nove) pontos de captação subterrânea;

1.3.1.3. O sistema de produção e distribuição do Residencial Aeroporto é definido como sistema isolado, composto por 3 (três) poços tubulares, os quais não possuem contribuição da rede de água Central, deste modo, a produção de água dos poços é direcionada diretamente para a rede de distribuição do residencial;

1.3.1.4. Considerando a futura perfuração de 01 (um) poço tubular profundo no aterro sanitário e 01 (um) poço tubular profundo no centro de triagem, sendo denominados de sistema isolado de abastecimento de água, estes serão monitorados de acordo o padrão de potabilidade para solução alternativa coletiva (SAC);

1.3.1.5. De acordo com a Portaria de consolidação n°05/2017 do Ministério da Saúde, conforme consta

nos Art. 31 e Art. 40, é obrigatório a realização do monitoramento no ponto de captação de parâmetros exigidos nas legislações específicas;

1.3.1.6. A seguir estão descritos os ensaios de amostras de água bruta, saída do tratamento e rede de distribuição a serem contratados:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	ENSAIOS	UND	QTDE	FREQUÊNCIA
1	Portaria de Consolidação nº 05/2017, do Ministério da Saúde Completa (Anexos 7, 9 e 10 do Anexo XX).	Antimônio	mg/L	72	Semestral
		Arsênio	mg/L		
		Bário	mg/L		
		Cádmio	mg/L		
		Chumbo	mg/L		
		Cianeto	mg/L		
		Cobre	mg/L		
		Cromo	mg/L		
		Fluoreto	mg/L		
		Mercúrio	mg/L		
		Níquel	mg/L		
		Nitrato (como N)	mg/L		
		Nitrito (como N)	mg/L		
		Selênio	mg/L		
		Urânio	mg/L		
		Acrilamida	µg/L		
		Benzeno	µg/L		
		Benzo (a)pireno	µg/L		
		Cloreto de vinila	µg/L		
		1,2 Dicloroetano	µg/L		
		1,1 Dicloroetano	µg/L		
		1,2 Dicloroetano (cis+trans)	µg/L		
		Diclorometano	µg/L		
		Di (2 – etilhexil) ftalato	µg/L		
		Estireno	µg/L		
		Pentaclorofenol	µg/L		
		Tetracloroeto de carbono	µg/L		
		Tetracloroetano	µg/L		
		Triclorobenzenos	µg/L		
		Tricloroetano	µg/L		
2,4 D +2,4,5 T	µg/L				
Alaclor	µg/L				
Aldicarbe + Aldicarbesulfona+ Aldicarbesulfóxido	µg/L				
Aldrin + Dieldrin	µg/L				
Atrazina	µg/L				
Carbendazin + benomil	µg/L				



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	ENSAIOS	UND	QTDE	FREQUÊNCIA
		Carbofurano	µg/L		
		Clordano	µg/L		
		Clorpirifós + clorpirifós – oxon	µg/L		
		DDT + DDD + DDE	µg/L		
		Diuron	µg/L		
		Endossulfan (α β e sais)	µg/L		
		Endrin	µg/L		
		Glifosato +AMPA	µg/L		
		Lindano (gama HCH)	µg/L		
		Mancozebe	µg/L		
		Metamidofós	µg/L		
		Metolaclo	µg/L		
		Molinato	µg/L		
		Parationa metílica	µg/L		
		Pendimetalina	µg/L		
		Permetrina	µg/L		
		Profenofós	µg/L		
		Simazina	µg/L		
		Tebuconazol	µg/L		
		Terbufós	µg/L		
		Trifluralina	µg/L		
		Alumínio	mg/L		
		Amônia (como NH3)	mg/L		
		Cloreto	mg/L		
		Cor aparente	uH		
		1,2 Diclorobenzeno	mg/L		
		1,4 Diclorobenzeno	mg/L		
		Dureza total	mg/L		
		Etilbenzeno	mg/L		
		Ferro	mg/L		
		Gosto e odor	intensidade		
		Manganês	mg/L		
		Monoclorobenzeno	mg/L		
		Sódio	mg/L		
		Sólidos dissolvidos totais	mg/L		
		Sulfato	mg/L		
		Sulfeto de hidrogênio	mg/L		
		Surfactantes	mg/L		
		Tolueno	mg/L		
		Turbidez	uT		

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	ENSAIOS	UND	QTDE	FREQUÊNCIA
		Zinco	mg/L		
		Xilenos	mg/L		
		pH	----		
		Condutividade elétrica	µs/cm		
		Alcalinidade total	mg/L		
2	Desinfetantes e produtos secundários da desinfecção (Anexo 7 do Anexo XX)	Ácidos haloacéticos total	mg/L	10	Trimestral
		Bromato	mg/L		
		Clorito	mg/L		
		Cloro residual livre	mg/L		
		Cloraminas total	mg/L		
		2,4,6 Triclorofenol	mg/L		
		Trihalometanos total	mg/L		
3	Padrão de radioatividade da água para consumo humano (Anexo 9 do Anexo XX) - manancial superficial (água bruta)	Atividade alfa total	Bq/l	4	Semestral
		Atividade beta total	Bq/l		
		Rádio-226	Bq/l		
		Rádio-228	Bq/l		
4	Controle da qualidade de água de abastecimento para fins de análises microbiológicas (Anexo 13 do anexo XX) - Ensaio de água bruta e potável	Coliformes totais	UFC/100 ml	3.000	Mensal
		Escherichia coli	UFC/100 ml		
5	Ensaio em água potável a fim de avaliar a integridade do sistema de distribuição	Bactérias heterotróficas	UFC/mL	310	Mensal
6	Monitoramento do manancial superficial de abastecimento de água (Anexo 11 do Anexo XX)	Cianobactérias	Células /mL	48	Semanal
7	Padrão de cianotoxinas da água para consumo humano (Anexo 8 do anexo XX).	Microcistinas	µg/L	48	Semanal
		Saxitoxinas	µg equivalente STX/L		
8	Análises de águas superficiais contidas na Resolução CONAMA nº 357 de 17/03/2005.	Clorofila a	µg/L	10	Semestral
		Densidade de cianobactérias	mm ³ /L ou cel/mL		
		Sólidos dissolvidos totais	mg/L		
		Cor Verdadeira	uH		
		Turbidez	NTU		
		DBO 5 dias a 20°C	mg/L O2		
		Oxigênio Dissolvido	mg/L O2		
		pH	---		



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
 PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	ENSAIOS	UND	QTDE	FREQUÊNCIA
		Coliformes termotolerantes	UFC/100 mL		
		Escherichia coli	UFC/100 mL		
		Óleos e Graxas	virtualmente ausentes		
		Materiais flutuantes, inclusive espumas não naturais	virtualmente ausentes		
		Substancias que comuniquem gosto ou odor	virtualmente ausentes		
		Corantes provenientes de fontes antrópicas	virtualmente ausentes		
		Resíduos sólidos objetáveis	virtualmente ausentes		
		Alumínio dissolvido	mg/L Al		
		Antimônio	mg/L Sb		
		Arsênio total	mg/L As		
		Bário total	mg/L Ba		
		Berílio total	mg/L Be		
		Boro total	mg/L B		
		Cádmio total	mg/L Cd		
		Chumbo total	mg/L Pb		
		Cianeto livre	mg/L CN		
		Cloreto total	mg/L Cl		
		Cloro residual total (combinado + livre)	mg/L Cl		
		Cobalto total	mg/L Co		
		Cobre dissolvido	mg/L Cu		
		Cromo total	mg/L Cr		
		Ferro dissolvido	mg/L Fe		
		Fluoreto total	mg/L F		
		Fósforo total	mg/L P		
		Lítio total	mg/L Li		
		Manganês total	mg/L Mn		
		Mercúrio total	mg/L Hg		
		Níquel total	mg/L Ni		
		Nitrato	mg/L N		
		Nitrito	mg/L N		
		Nitrogênio amoniacal total	mg/L N		
		Prata total	mg/L Ag		
		Selênio total	mg/L Se		
		Sulfato total	mg/L SO4		
		Sulfeto (H2S não dis-	mg/L S		



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	ENSAIOS	UND	QTDE	FREQUÊNCIA
		sociado)			
		Urânio total	mg/L U		
		Vanádio total	mg/L V		
		Zinco total	mg/L Zn		
		Acrilamida	µg/L		
		Alacloro	µg/L		
		Aldrin + Dieldrin	µg/L		
		Atrazina	µg/L		
		Benzeno	mg/L		
		Benzidina	µg/L		
		Benzo(a)antraceno	µg/L		
		Benzo(a)pireno	µg/L		
		Benzo(b)fluoranteno	µg/L		
		Benzo(k)fluoranteno	µg/L		
		Carbaril	µg/L		
		Clordano (cis + trans)	µg/L		
		2-Clorofenol	µg/L		
		Criseno	µg/L		
		2,4-D	µg/L		
		Demeton (Demeton-O + Demeton-S)	µg/L		
		Dibenzo(a,h)antraceno	µg/L		
		1,2-Dicloroetano	mg/L		
		1,1-Dicloroetano	mg/L		
		2,4-Diclorofenol	µg/L		
		Diclorometano	mg/L		
		DDT (p,p'-DDT + p,p'-DDE + p,p'-DDD)	µg/L		
		Dodecacloro pentaclo-decano	µg/L		
		Endosulfato (Endosulfato + - sulfato)	µg/L		
		Endrin	µg/L		
		Estireno	mg/L		
		Etilbenzeno	µg/L		
		"Fenóis totais (substâncias que reagem com 4- aminoantipirina)"	mg/L C6H5OH		
		Glifosato	µg/L		
		Gution	µg/L		
		Heptacloro epóxido + Heptacloro	µg/L		
		Hexaclorobenzeno	µg/L		
		Indeno(1,2,3-cd) pireno	µg/L		



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	ENSAIOS	UND	QTDE	FREQUÊNCIA
		1,1,1-Tricloro-2,2,2-trifluoroetileno (HCH)	µg/L		
		Malation	µg/L		
		Metolacloro	µg/L		
		Metoxicloro	µg/L		
		Paration	µg/L		
		PCBs - Bifenilas policloradas	µg/L		
		Pentaclorofenol	mg/L		
		Simazina	µg/L		
		Substâncias tensoativas que reagem com o azul de metileno	mg/L LAS		
		2,4,5-T	µg/L		
		Tetracloroeto de carbono	mg/L		
		Tetracloroeteno	mg/L		
		Tolueno	µg/L		
		Toxafeno	µg/L		
		2,4,5-TP	µg/L		
		Tributilestanho	µg/L TBT		
		Triclorobenzeno (1,2,3-TCB + 1,2,4-TCB)	mg/L		
		Tricloroeteno	mg/L		
		2,4,6-Triclorofenol	mg/L		
		Trifluralina	µg/L		
		Xileno	µg/L		
9	TR 12/SURH/SEMA/MT N° - outorga de direito de uso de água subterrânea.	Temperatura da água	°C	20	anual
		pH	---		
		Condutividade	S/cm		
		Turbidez	NTU		
		Cor	uH		
		Cloreto	mg/L		
		Sulfato	mg/L		
		Fluoreto	mg/L		
		Ortofosfato	mg/L		
		Nitrito	mg/L		
		Nitrato	mg/L		
		Nitrogênio amoniacal	mg/L		
		Sólidos totais	mg/L		
		Sólidos suspensos	mg/L		
		Sólidos totais dissolvidos	mg/L		
		Alcalinidade Total	mg/L		
		Alcalinidade de Carbonato	mg/L		

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	ENSAIOS	UND	QTDE	FREQUÊNCIA
		Alcalinidade de Bicarbonato	mg/L		
		Dureza	mg/L		
		Cálcio	mg/L		
		Magnésio	mg/L		
		Sódio	mg/L		
		Potássio	mg/L		
		Ferro Total	mg/L		
		Manganês	mg/L		
		Sílica solúvel	mg/L		
		Coliformes totais	UFC/100 mL		
		E.coli	UFC/100 mL		
10	Monitoramento de vírus entéricos no ponto de captação proveniente de manancial superficial	Vírus entéricos	----	6	semestral

1.3.2. DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO:

1.3.2.1. O sistema de esgotamento sanitário do município de Cáceres é composto por 4 (quatro) estações de tratamento, sendo estas: ETE Cohab Nova, ETE Jardim Guanabara, ETE Jardim Aeroporto e ETE Dom Máximo, tendo em vista que esta Autarquia é responsável por monitorar as condições e padrões de lançamento de efluentes em atendimento a Resolução CONAMA N° 430, de 13 de maio de 2011, faz-se necessários dos ensaios de efluente bruto e tratado, bem como, dos corpos receptores, sendo a montante e a jusante do ponto de lançamento.

1.3.2.2. A seguir estão descritos os ensaios a serem realizados de efluentes (bruto e tratado), ensaios de corpos d'água a montante e a jusante do ponto de lançamento de efluente e ensaios de lodo das estações de tratamento:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	ENSAIOS	UND	QTDE	FREQUÊNCIA
11	Ensaio de amostra de efluente bruto e tratado em conformidade com a Resolução CONAMA N° 430/2011.	Temperatura	°C	150	mensal
		pH	---		
		DQO	mg/L		
		DBO	mg/L		
		Turbidez	NTU		
		Fósforo total	mg P/L		
		Oxigênio Dissolvido	mg /L O2		
		Óleos e Graxas	mg/L		
		Substâncias tensoativas	mg/L		
		Sólidos Totais	mg/L		
		Sólidos Suspenso Totais	mg/L		
		Sólidos Suspenso voláteis	mg/L		
		Sólidos Dissolvidos Totais	mg/L		

		Sólidos Sedimentáveis	mL/L.H		
		Nitrogênio Kjeldahl Total	mg N-NH3/L		
		Nitrogênio amoniacal	mg N-NH3/L		
		Nitratos	mg/L		
		Sulfatos	mg/L		
		Sulfetos	mg/L		
		Cloreto	mg Cl/L		
		Coliformes Totais	UFC/100 mL		
		Coliformes Termotolerantes	UFC/100 mL		
12	Ensaio de amostra de corpo de água, a montante e jusante do ponto de lançamento de efluentes em conformidade com a Resolução CO-NAMA Nº 430/2011.	Temperatura	°C	150	mensal
		pH	---		
		DQO	mg/L		
		DBO	mg/L		
		Turbidez	NTU		
		Fósforo total	mg P/L		
		Oxigênio Dissolvido	mg O2/L		
		Óleos e Graxas	mg/L		
		Sólidos Totais	mg/L		
		Sólidos Suspenso Totais	mg/L		
		Sólidos Suspenso voláteis	mg/L		
		Sólidos Dissolvidos Totais	mg/L		
		Sólidos Sedimentáveis	mL/L.H		
		Nitrogênio Kjeldahl Total	mg N-NH3/L		
		Nitrogênio amoniacal	mg N-NH3/L		
		Nitratos	mg/L		
		Sulfatos	mg/L		
		Sulfetos	mg/L		
		Cloreto	mg Cl/L		
		Coliformes Totais	UFC/100 mL		
		Coliformes Termotolerantes	UFC/100 mL		
13	Ensaio para análise de lodo produzido nas estações de tratamento de esgoto a fim de monitorar o funcionamento das ETE's.	Sólidos totais	mg/L	24	bimestral
		Sólidos fixos	mg/L		
		Sólidos voláteis	mg/L		

1.3.3. DOS POÇOS DE MONITORAMENTO

1.3.3.1. A disposição de resíduos sólidos de forma inadequada pode provocar a contaminação de mananciais superficiais e subterrâneos. Para que a existência da contaminação seja confirmada, é necessária a realização de uma completa investigação de campo e laboratório, para caracterização e quantificação da contaminação e/ou poluição possivelmente existentes;

1.3.3.2. Os poços de monitoramento são tidos como parte indispensável da investigação e do monitoramento de áreas contaminadas ou potencialmente contaminadas, constituindo a principal exigência dos órgãos ambientais em todo o mundo. Desse modo, no município de Cáceres faz-se necessário o acompanhamento das áreas do Aterro Sanitário e do antigo lixão (as margens da MT 343). Tais informações também são necessárias visando recomendações da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e do Ministério Público do Mato Grosso;

1.3.3.3. A seguir estão descritos os ensaios a serem realizados:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	ENSAIOS	UND	QTDE	FREQUÊNCIA
14	Ensaio de amostra de corpo de água subterrânea, em conformidade com a Resolução CO-NAMA N° 420/2009 e PT N° 133982 / CPLRS / SUIMIS / 2020.	pH	---	50	trimestral
		Cor	uH		
		Temperatura	°C		
		Turbidez	NTU		
		Alcalinidade	mg/L		
		Cloreto	mg/L		
		Sólido Total	mg/L		
		Dureza	mg/L		
		Nitrogênio Total	mg/L		
		Nitrogênio Kjeldahl	mg/L		
		Oxigênio Dissolvido	mg O ₂ /L		
		Fósforo Total	mg P/L		
		Nitrato	mg/L		
		Fosfato	mg/L		
		Flúor	mg/L		
		Demanda Biológico de Oxigênio	mg/L		
		Demanda Bioquímica de Oxigênio	mg/L		
		Sólidos Dissolvidos Totais	mg/L		
		Sólidos Totais Fixos	mg/L		
		Sólidos Totais Voláteis	mg/L		
Condutividade Elétrica	µs/cm				
Nitrogênio Amoniacal	mg/L				
Óleos e Graxas	mg/L				
Coliformes Totais	UFC/100 mL				
Coliformes Termotolerantes	UFC/100 mL				
E. Coli	UFC/100 mL				
15	Ensaio de amostra de corpo de água subterrânea de	Cobre Total	mg/L	25	semestral
		Chumbo	mg/L		
		Potássio Total	mg/L		

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	ENSAIOS	UND	QTDE	FREQUÊNCIA
	metais pesados, em conformidade com a Resolução CONAMA N° 420/2009 e PT N° 133982 / CPLRS / SUIMIS / 2020.	Sódio Total	mg/L		
		Cálcio Total	mg/L		
		Alumínio Total	mg/L		
		Arsênio Total	mg/L		
		Bário Total	mg/L		
		Manganês	mg/L		
		Cádmio	mg/L		
		Mercúrio Total	mg/L		
		Ferro Total	mg/L		
		Níquel	mg/L		
		Cromo	mg/L		
		Zinco	mg/L		
16	Ensaio de amostras de efluentes provenientes da lagoa de tratamento (bruto e tratado), em conformidade com a Resolução CONAMA 430/2011 e PT N° 133982 / CPLRS / SUIMIS / 2020.	Alumínio	mg/L		
		Amônia	mg/L		
		Arsênio	mg/L		
		Bário	mg/L		
		Cádmio	mg/L		
		Chumbo	mg/L		
		Cianeto	mg/L		
		Cloro	mg/L		
		Cloro residual	mg/L		
		Temperatura	°C		
		pH	---		
		DBO	mg/L O ₂		
		DQO	mg/L		
		Condutividade Elétrica	µs/cm		
		Alcalinidade	mg/L	20	trimestral
		Cobre	mg/L		
		Cromo	mg/L		
		Nitrogênio Total	mg/L		
		Nitrogênio Kjeldahl	mg/L		
		Nitrato	mg/L		
		Fósforo	mg/L		
		Zinco	mg/L		
		Mercúrio	mg/L		
		Manganês	mg/L		
		Níquel	mg/L		
		Sólidos Dissolvidos Totais	mg/L		
		Sólidos Totais Fixos	mg/L		
		Sólidos Totais Voláteis	mg/L		



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	ENSAIOS	UND	QTDE	FREQUÊNCIA
		Coliformes Totais	UFC/100 mL		
		Cor	uH		

1.4. As análises serão feitas de acordo com o cronograma de coleta proposto, incluindo análises mensais, trimestrais e semestrais, conforme obrigatoriedade das resoluções e portarias supracitadas.

1.5. Concernente ao quantitativo solicitado, foi considerado a quantidade obrigatória em lei, as atuais e futuras demandas dos serviços.

2. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Considerando que esta Autarquia Municipal Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal é responsável pelo sistema de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos do Município de Cáceres-MT, a qual compete exercer o controle de qualidade da água para o consumo humano, por meio da definição de parâmetros, número mínimo de análises, frequência de monitoramento, e critérios de seleção de áreas, bem como, o monitoramento de lançamento dos efluentes a fim de atestar a eficiência de tratamento dos efluentes domésticos;

2.2. Considerando que o Contrato nº17/2018-SSAAP celebrado entre o Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal e a empresa Control Análises de Água e efluentes LTDA-EPP, decorrente do PROCESSO Nº230/2017, PREGÃO ELETRÔNICO COM REGISTRO DE PREÇOS nº 08/2018, encontra-se encerrado, em virtude de que os itens não atendem totalmente a necessidade desta Autarquia;

2.3. Considerando que o Contrato nº31/2019-SSAAP celebrado entre o Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal e a empresa Control Análises de Água e efluentes LTDA-EPP, decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO nº10/2019, sob protocolo nº 207/201, na forma do Termo de Referência nº18/2019, encontra-se vigente pelo 1º TERMO ADITIVO Nº001/2020, no qual consta análises indispensáveis que são realizadas mensalmente e análise semestral, porém, o quantitativo solicitado não atende a nova demanda de análises que será realizada, de acordo com a Portaria de Consolidação Nº 05/2017 do Ministério da Saúde, assim como, o valor a ser aditado superaria os 25% permitidos em lei;

2.4. Ademais, considerando a obrigatoriedade em atender as seguintes legislações: Portaria MS Nº 2914, de 12 de dezembro de 2011, a qual “Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade”; Resolução CONAMA Nº 357, de 17 de março de 2005, a qual “Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências”; Resolução CONAMA Nº 420, de 28 de dezembro de 2009, a qual “Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas”, assim como, a Resolução CONAMA Nº 430, de 13 de maio de 2011, a qual “Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução no 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA”;

2.5. Considerando o Parecer Técnico Nº 133982 / CPLRS / SUIMIS /2020 emitido pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA) correspondente a Renovação da Licença de Operação do Aterro Sanitário, o qual dispõe sobre o plano de monitoramento da qualidade da água subterrânea;

2.6. Diante do exposto, faz-se necessária a contratação de empresa especializada e credenciada junto aos órgãos competentes para realização de análises laboratoriais, a fim de atender a demanda de análises físico-químicas e microbiológicas, tendo em vista, que o laboratório desta Autarquia não possui estrutura para realização dos ensaios específicos constantes na legislação vigente.

2.7. Ressalta-se a necessidade da execução do objeto por uma única empresa, pois a análise de alguns parâmetros é correlacionada, e ainda, somente com uma empresa é possível verificar a integridade qualitativa dos serviços prestados. Além disso, tendo em conta que o envio dos kits e das amostras serão por conta da contratada e como se trata de elevado número de análises a serem realizadas com grande frequência de amostragem, através da contratação exclusivamente de uma única empresa, os fretes de recebimento de kit e envio de amostras serão cobrado apenas uma vez, independentemente da quantidades a serem recebidos e enviados.



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

3. DO VALOR ESTIMADO

3.1. Buscou-se a especificação do item que mais se assemelha aos objetos especificados no Proc. Administrativo Nº060/2020 – 1Doc em pesquisa realizadas:

3.1.1. Na página do TCE-MT, no sítio eletrônico <<http://cidadao.tce.mt.gov.br/licitacao>>, “Consulta Geral de Licitações”.

3.1.2. No Radar, banco de preço de compras públicas do TCE-MT, sítio eletrônico <<https://radardepocos.tce.mt.gov.br/>>;

3.1.3. Na ferramenta Banco de Preços, sítio eletrônico < <https://www.bancodeprecos.com.br/>>;

3.1.4. Em atas de registros de preços;

3.1.5. Com potenciais fornecedores nacionais;

3.2. Mediante a pesquisa no Radar - TCE, ferramenta banco de preços e atas de registros de preços encontraram registros de preços para os itens 01,02, 04, 05, 06, 07, 09, 10, 11, 12 e 15 do objeto, para os demais itens, a formação de preço se resultou de valores ofertados pelas empresas proponentes.

3.3. Concernente a formação de preço do item 08 do objeto, fora considerado apenas o valor ofertado por dois potenciais fornecedores, face a inexistência de registros para o item nos sítios eletrônicos governamentais, na ferramenta banco de preços e nas atas de registros de preços encontradas, assim como, uma das empresas proponentes não realiza o serviço descrito no item supracitado. Diante disso, a formação de preço do item 08, fora constituída mediante orçamentos de dois potenciais fornecedores do objeto.

3.4. O valor estimado dos itens da presente contratação se resultou através da mediana, obtidos em sítios eletrônicos governamentais, ferramenta banco de preços, atas de registros de preços e valores ofertados por fornecedores nacionais.

4. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

4.1. No julgamento das propostas considerar-se-á vencedora aquela que apresentar as especificações contidas neste **TERMO DE REFERÊNCIA** e ofertar o **menor preço global**.

4.2. As propostas deverão contemplar eventuais taxas, impostos, frete, dentre outros, não sendo admitidas quaisquer cobranças fora da proposta.

5. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS

5.1. Os serviços a serem contratados, enquadram-se na classificação de serviço comum, nos termos das Lei nº10.520/2002 e no artigo 3º, incisos II e VII do Decreto-Lei Federal nº 10.024/2019.

6. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

6.1. A empresa contratada deverá atender as seguintes exigências:

6.2. Licença sanitária para funcionamento do estabelecimento, obtida junto ao órgão de vigilância sanitária do município da sede da empresa onde irá proceder a análise;

6.3. Licença de operação junto a SEMA – Secretaria de Estado e Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso ou junto ao órgão de controle ambiental do Estado ou Município da sede do licitante;

6.4. Registro no Conselho Regional de Química – CRQ e/ou Registro no Conselho Regional de Biologia – CRBio, ou outro a que a lei atribua a competência para o registro de profissionais e empresas legalmente habilitados para realização dos serviços integrantes do objeto do presente;

6.5. Acreditação do Laboratório junto ao INMETRO, conforme Norma ABNT NBR ISO/IEC 17025:2005, registro junto a ANVISA, com emissão de REBLAS e registro no Conselho de Classe (CRQ ou outros). A acreditação será avaliada com o certificado do INMETRO apresentado e consulta ao site;

6.6. Em caso de terceirização dos parâmetros mencionados, a subcontratada deverá apresentar acreditação dos mesmos de acordo com o Termo de Referência;

6.7. De acordo com:

6.7.1. PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 5, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017, “Dos Laboratórios de Controle e Vigilância” (Origem: PRT MS/GM 2914/2011, CAPÍTULO III, Seção V): *Art. 21.* As análises laboratoriais para controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano podem ser realiza-



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

das em laboratório próprio, conveniado ou subcontratado, desde que se comprove a existência de sistema de gestão da qualidade, conforme os requisitos especificados na NBR ISO/IEC 17025:2005.

6.7.2. RESOLUÇÃO CONAMA Nº 430, DE 13 DE MAIO DE 2011, complementa e altera a Resolução Conama nº 357/2005: Art. 26. Os ensaios deverão ser realizados por laboratórios acreditados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial-INMETRO ou por outro organismo signatário do mesmo acordo de cooperação mútua do qual o INMETRO faça parte ou em laboratórios aceitos pelo órgão ambiental competente.

7. DOS SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS

7.1. Disponibilizar e enviar todos os kits (frascos, caixa térmica e gelo) necessários para coleta da análise;

7.2. As coletas para análises serão realizadas pela equipe técnica da Águas do Pantanal acondicionando no kit para coleta (caixa térmica, gelo e frascos) disponibilizado pela empresa contratada.

7.3. O kit devidamente acondicionado estará no laboratório físico-químico da Autarquia (sítio Rua Voluntário da Pátria, nº 548, bairro Centro – Cáceres) para que a empresa vencedora do certame proceda o deslocamento da amostra até o laboratório que realizará a análise, atendendo o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para proceder a análise, conforme legislação vigente estabelece;

7.4. A empresa contratada deverá disponibilizar o laudo com a descrição detalhada do material coletado, discriminado o valor ideal e o valor encontrado na amostra de água, conforme legislação vigente. Estes documentos, deverão ser conclusivos, claros e objetivos, de forma a não suscitar dúvidas ou interpretações dúbias relativas à potabilidade da água;

7.5. Os laudos emitidos deverão ser assinados por profissional legalmente habilitado;

7.6. A apresentação dos resultados das análises deve ser reportada em laudo, relatórios ou boletins de análise, de forma impressa para o Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, tal como, antecipado por e-mail (operacional.aguasdopantanal@gmail.com) de forma clara, objetiva e, sobretudo correta. Os documentos devem conter todas as informações necessárias para que a contratante possa compreender o conteúdo integral do documento: Os laudos devem conter no mínimo: (1) Timbre do laboratório; (2) Dados do cliente; (3) Identificação do local de amostragem, data e horário da coleta (fornecidos pelo contratante); (4) Data e horário da entrada da amostra no laboratório e data da execução do ensaio; (5) Identificação do método de análise utilizado para cada parâmetro analisado; (6) Limites de quantificação (LQ) e (7) Limite de detecção (LD);

7.7. Nos laudos de análises deve constar a conclusão dos mesmos comparando os resultados com a legislação pertinente, inclusive sendo apresentada nas mesmas unidades de medidas da legislação vigente;

7.8. A empresa ganhadora do certame é responsável pela idoneidade do laudo entregue ao Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal.

8. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DO MATERIAL

8.1. A empresa CONTRATADA deverá disponibilizar todos os kits (frascos, caixa térmica e gelo) necessários para coleta das análises. Os materiais para as coletas deverão ser entregues antecipadamente no **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL** localizado na Rua Voluntários da Pátria, nº 548, bairro Centro, CEP 78210-210 em data e horário previamente agendados com o Responsável Técnico e/ou com o analista;

8.2. As metodologias de coleta e análise utilizadas deverão estar de acordo com as normas específicas, nacionais e internacionais recentes, tais como: *Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater* de autoria das instituições *American Public Health, Association (APHA)*, *American Water Works Association (AWWA)* e *Water Environment Federation (WEF)*; *United States Environmental Protection Agency (USEPA)*; normas publicadas pela *International Standardization Organization (ISO)*; e metodologias propostas pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

8.3. A empresa contratada para proceder as análises das amostras deverá remeter mensalmente o laudo impresso para o Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, tal como, antecipado por e-mail (operacional.aguasdopantanal@gmail.com/aguasdopantanal.eco@gmail.com), da seguinte maneira:

a) Emitir o resultado do ensaio de amostra de efluente bruto e tratado em até 30 (trinta) dias, em conformidade com a Resolução CONAMA nº430/11 “Dispõe sobre as condições e padrões de lançamentos de efluentes, complementa e altera a Resolução nº357/2005”;



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

- b) Emitir o resultado de ensaio de amostra de corpo de água (montante e jusante) em até 30 (trinta) dias, em conformidade com a Resolução CONAMA nº 357/2005 “Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamentos de efluentes, e dá outras providências”;
- c) Emitir o resultado de ensaio de amostra de água bruta e potável em até 07 (sete) dias, análise de coliforme totais, Escherichia coli, Cianobactérias e bactérias heterotróficas;
- d) Emitir o resultado da amostra de água potável, portaria completa, PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 05 de 28/09/2017 (Origem: Portaria MS Nº 2914/11), em até 30 (trinta) dias;
- e) Emitir o resultado do ensaio de amostra de água subterrânea de poços de monitoramento em até 30 (trinta) dias, em conformidade com a Resolução CONAMA nº 420/09 “Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas”;
- f) Os limites de quantificação, limites de detecção e, conseqüentemente, a escolha da metodologia para a execução dos parâmetros analíticos solicitados, devem ser adequados e compatíveis com os valores estipulados pela legislação vigente (Portaria de Consolidação nº 5/2017, Anexo XX, Resolução CONAMA 357/2005, Resolução CONAMA 430/2011 e Resolução CONAMA 420/2009), assim como a nomenclatura dos parâmetros solicitados;
- 8.4. Caso a **CONTRATADA** não cumprir o prazo acima estabelecido sofrerá as sanções previstas na Lei 8.666/93 e suas alterações.
- 8.5. É facultada à Engenheira Química rejeitar o produto, no todo ou em parte, desde que o objeto entregue esteja em desacordo com as especificações e condições do presente **Termo de Referência**.
- 8.6. Todos os encargos relativos à entrega do material da coleta e envio, será por conta da empresa **CONTRATADA**.

9. DA SOLICITAÇÃO DO SERVIÇO, DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

- 9.1. A **CONTRATANTE** emitirá a nota de empenho nas quantidades e serviços a serem realizados mensalmente, encaminhará para a **CONTRATADA** para a mesma enviar os kits para efetuação das coletas;
- 9.2. Os materiais para as coletas serão armazenados no laboratório de análises físico-químicas do **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL**, ficando o responsável pelo setor encarregado da guarda e armazenamento, não permitindo a deterioração do material.
- 9.3. A Nota Fiscal deverá ser emitida mensalmente somente após a realização de todas as análises solicitadas e o envio dos resultados em conformidade com os prazos estabelecidos no item 08;
- 9.4. A data da apresentação da Nota Fiscal será devidamente registrada nos autos do processo pelo responsável pelo recebimento do mesmo;
- 9.5. O pagamento das despesas do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal será efetuado à contratada em até 15 (quinze) dias após o recebimento da nota fiscal;
- 9.6. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal o número, nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;
- 9.7. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;
- 9.8. Nenhum pagamento isentará a contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento;
- 9.9. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes no Contrato Administrativo, Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 10.2. Enviar mensalmente no e-mail (operacional.aguasdopantanal@gmail.com) a quantidade de análises realizadas para confirmação da emissão da nota fiscal.
- 10.3. Responsabilizar-se pela idoneidade do laudo entregue ao **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL**.



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

- 10.4. Prestar os serviços em estrita observância às condições da sua proposta e condições estabelecidas no termo contratual.
- 10.5. A empresa **CONTRATADA** deverá disponibilizar e enviar todos os kits (frascos, caixa térmica e gelo);
- 10.6. A **CONTRATADA** é responsável pelas despesas com hospedagem, alimentação e transporte que se fizerem necessário para execução do contrato.
- 10.7. Manter, durante toda a execução dos serviços, as condições de habilitação e qualificação exigidas no contrato.
- 10.8. Arcar com todas as despesas relativas à entrega dos laudos a Autarquia, encargos e despesas diretas e indiretas de caráter trabalhista, tributário e previdenciário decorrente do presente contrato referente às pessoas envolvidas na prestação de serviços, que não terão qualquer vínculo empregatício como **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL**.
- 10.9. A **CONTRATADA** deve comunicar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1. A **CONTRATANTE** obriga-se a:
- 11.1.1. Proporcionar a **CONTRATADA** todas as informações inerentes para execução das atividades previstas no Contrato Administrativo, Termo De Referência e sua proposta.
- 11.1.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratual.
- 11.1.3. Determinar o responsável para o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratual.
- 11.1.4. Efetuar o recebimento do laudo da análises físico-químicas e microbiológicas, de acordo com o Contrato Administrativo, Termo De Referência e sua proposta, verificando se o mesmo está em conformidade com o solicitado.
- 11.1.5. Comunicar imediatamente a contratada qualquer irregularidade constatada na entrega dos produtos.
- 11.1.6. Aplicar as penalidades previstas no Termo De Referência e no presente instrumento, na hipótese de a **CONTRATADA** não cumprir o contrato, arcando a referida empresa com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar ao **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL**.
- 11.1.7. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecida no **TERMO DE REFERÊNCIA**;
- 11.1.8. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no **TERMO DE REFERÊNCIA** e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 11.1.9. Comunicar à **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 11.1.10. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da **CONTRATADA**, através de servidor especialmente designado;
- 11.2. A **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente **TERMO DE REFERÊNCIA**, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. DA FISCALIZAÇÃO

- 12.1. A fiscalização será exercida pela Engenheira Química **THAIS CRISTINA COUTO HURTADO**, portadora do **CPF: 051.690.411-60**; e-mail para contato: **operacional.aguasdopantanal@gmail.com** ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Autarquia.
- 12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Autarquia ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou vícios observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da execução do presente **TERMO DE REFERÊNCIA** correrão à conta de Recursos Próprios, alocados sob a classificação funcional:

Órgão/Unidade	Funcional-Programática	Natureza de Despesas	Fonte de Recursos
15.04.18	17.512.1007.2211	3.3.90.39.33 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS	100 – Recursos Próprios
52.04.18	17.512.1007.2211	3.3.90.39.33 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS	100 – Recursos Próprios

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

14.1.1. Deixar de executar total ou parcialmente qualquer uma das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

14.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

14.1.3. Fraudar na execução do contrato;

14.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

14.1.5. Cometer fraude fiscal;

14.1.6. Não mantiver a proposta.

14.2. A **CONTRATADA** que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

14.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a **CONTRATANTE**;

14.2.2. Multa de 0,3 % (três décimos de um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, a partir do 2º (segundo) dia de atraso até o limite de 30 (trinta) dias;

14.2.3. Multa de 0,5 % (meio por cento) do valor total do item solicitado por não apresentar os serviços de acordo com as especificações definidas neste termo de referência;

14.2.4. Multa de 0,5 % (meio por cento) do valor total do contrato por não atender à solicitação de informações da fiscalização do SSAAP;

14.2.5. Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso, de inexecução total do objeto;

14.2.6. Em caso de inexecução parcial, multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

14.2.7. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

14.2.8. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a **CONTRATANTE** pelos prejuízos causados;

14.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, inciso III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

14.3.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.3.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.3.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

14.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à **CONTRATANTE**, observado o princípio da proporcionalidade.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.

15.1. Salientamos a necessidade de que o contrato deverá ser gerado em 04 (quatro) vias de igual teor.

16. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

16.1. Este instrumento vigorará pelo período de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação, nos termos do Art. 57, II, da Lei Federal 8.666/93.

Cáceres/MT, 24 de novembro de 2020.

ELABORADO POR:

THAIS CRISTINA COUTO HURTADO
ENGENHEIRA QUÍMICA

APROVADO POR:

JÚNIOR CEZAR DIAS TRINDADE
DIRETOR EXECUTIVO



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA

Licitação: Nº 30/2020

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS

Tipo: MENOR PREÇO

Consumidora: Autarquia **ÁGUAS DO PANTANAL**-Serviços de Saneamento Ambiental de Cáceres-MT

Licitante: _____ C.N.P.J _____

TelFax:(_) _____ E-mail _____ Tel. () _____ Celular: () _____

Endereço: _____

Conta Corrente: _____ Agência: _____ Banco: _____

Apresentamos a Vossa Senhoria nossa Proposta Comercial referente a Registro de Preços para futura e eventual aquisição de _____, a fim de atender a demanda da Autarquia **ÁGUAS DO PANTANAL**-Serviços de Saneamento Ambiental de Cáceres-MT, conforme especificações descritas no Termo de Referência e demais condições contidas neste Edital e seus Anexos.

LOTE 01					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA/MODELO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					

OBS: Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, encargos sociais, trabalhistas, lucro, frete, transporte, impostos e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.

Valor Total da Proposta é de: R\$ _____ (_____).

Nome por extenso do Representante Legal: _____

CPF/MF: _____

Validade da Proposta: _____

Prazo de Entrega _____

Local de entrega _____

Cidade/UF, ____ de ____ de 2020.

CARIMBO E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

ANEXO III
MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A

Autarquia **ÁGUAS DO PANTANAL**-Serviços de Saneamento Ambiental de Cáceres-MT
REF: EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020
TIPO: MENOR PREÇO

Indicamos o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da cédula de identidade RG nº. _____, órgão expedidor _____ e do CPF/MF Nº. _____ como nosso representante legal na Licitação em referência, podendo rubricar a documentação de HABILITAÇÃO e das PROPOSTAS DE PREÇOS, manifestar, prestar todos os esclarecimentos à nossa Proposta, interpor recursos, desistir de prazos e recursos, FORMULAR OFERTA E DAR LANCES, enfim, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento do presente Credenciamento.

Informações Importantes:

CNPJ/MF nº. _____

Inscrição Estadual nº. _____

Razão Social: _____

Nome de Fantasia: _____

Cidade/UF, ____ de _____ de 2020

Atenciosamente,

Assinatura do representante legal sob carimbo RG:

CPF/MF:

CNPJ/MF da empresa

OBS.: Deverá ser reconhecida a firma em caso de representação por meio de procuração/credenciamento particular.



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

ANEXO IV
MODELO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA
(PAPEL TIMBRADO DO EMITENTE DO ATESTADO)

A empresa _____, CNPJ/MF nº _____, Inscrição Estadual Nº. _____ estabelecida na rua e/ou avenida _____ nº. _____, Telefone: _____, atesta para os devidos fins que a Empresa _____, com sede na _____, executou/executou o objeto desta licitação, abaixo relacionados, sendo cumpridora dos prazos e termos firmados na contratação, não havendo contra o mesmo nenhum registro que a desabone.

01. _____;
02. _____;
03. _____.

Cidade/UF, ____ de _____ de 2020.

Representante Legal da Empresa emitente desse atestado e sua assinatura
RG e CFP/MF:



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

ANEXO V
REQUERIMENTO DE BENEFÍCIO DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Eu, _____, portador (a) da Carteira de Identidade R.G. nº. _____ SSP/____ e inscrito no CPF/MF nº _____, representante da empresa _____, CNPJ/MF nº _____, solicitamos na condição de MICROEMPRESA/ EMPRESA DE PEQUENO PORTE, quando da sua participação na licitação, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 30/2020 seja dado o tratamento diferenciado concedido a essas empresas com base nos artigos 42 a 49 e seguintes da Lei Complementar n.º 123/2006.

Declaramos ainda, que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos incisos do §4º do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006 que impeçam a participação neste certame.

Declaramos também que:

- () Somos optante do simples nacional.
() NÃO somos optante do simples nacional.

Como prova da referida condição, apresentamos em documento anexo, CERTIDÃO emitida pela Junta Comercial para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte na forma do art. 8º da Instrução Normativa nº. 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC.

Cidade/UF, ____ de _____ de 2020.

Assinatura do representante legal sob carimbo RG:

CPF:

CNPJ/MF da empresa



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

ANEXO VI MODELO DE DECLARAÇÃO (EMPREGADOR PESSOA JURIDICA)

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

À

ÁGUAS DO PANTANAL SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL- CÁCERES-MT
REF: EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020
TIPO: MENOR PREÇO

_____, (Nome da Empresa) CNPJ Nº. _____, sediada na _____, nº. ____, bairro, _____, CEP _____, Município/Estado _____, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital da presente licitação, DECLARA, sob as penas da lei, que:

- Cumpre, plenamente, os requisitos de habilitação exigidos no procedimento licitatório referenciado.
- Está ciente da obrigatoriedade de declarar a superveniência de fatos impeditivos da habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei 8.666/93;
- Não possui em seu quadro de pessoal empregados (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, art.27, da Lei 8666/1993, com redação determinada pela Lei nº 9.854/1999.
- Não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Poder Executivo Municipal exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei 8666/93 e inciso X, da Lei Complementar nº. 04/90).
- Declarar que não se encontra sob falência, concurso de credores, concordata ou em processos de dissoluções ou liquidações.
- Declarar que não foi considerada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, comprometendo-se ainda a informar a superveniência de decisório que a julgue inidônea, durante a tramitação do procedimento licitatório ou da execução do Contrato.
- Assume inteira responsabilidade pela perfeita execução/aquisição do objeto dessa licitação, que tem pleno conhecimento das condições estabelecidas, está de acordo com todas as cláusulas, itens e condições do presente Edital e seus anexos, e atende todas as normas aplicáveis ao objeto. Não podendo em qualquer hipótese, invocar circunstância alguma, como elemento eventualmente impeditivo do perfeito cumprimento das obrigações.

Cidade/UF, ____ de _____ de 2020.

Assinatura do representante legal sob carimbo RG:

CPF/MF:

CNPJ/MF da empresa

Cidade/UF, ____ de _____ de 2020.

Assinatura do representante legal sob carimbo

RG:

CPF/MF:

CNPJ/MF da empresa:

ANEXO VII



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO/ REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de dois mil e _____, pelo presente instrumento, a Autarquia **ÁGUAS DO PANTANAL - Serviços de Saneamento Ambiental de Cáceres-MT**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 22.794.608/0001-78, com sede na Rua Voluntários da Pátria, nº 548 - Centro - CEP 78210-210 – Fones (65) 3223-6900 – 3223-6500 – CÁCERES-MT, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade RG Nº. _____ e do CPF nº. _____ neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE e a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF nº. _____, com sede na _____, representada neste ato pelo seu (sua) Representante Legal, Sr. (a). _____, portador (a) da Carteira de Identidade n.º _____, CPF/MF n.º _____, doravante denominada FORNECEDORA, considerando o resultado da licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO/ REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020**, RESOLVE registrar os preços, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada do LOTE, bem como cada um de seus ITENS, atendendo às condições previstas no Instrumento Convocatório, e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 10.520/2002, Decreto Federal nº 10.024/2019, Lei Complementar nº 123/06 e Lei Complementar 147/14 e Decreto Municipal nº 157/2019; e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

1. CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1.Registro de preços para a **Futura e Eventual contratação de empresa especializada e credenciada junto aos órgãos competentes para realização de análises laboratoriais de controle e monitoramento da qualidade da água produzida e distribuída pelo Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal - SSAAP aos municípios de Cáceres-MT, incluindo distritos, bem como, realização de análises para o controle de qualidade das estações de tratamento de esgoto e monitoramento de poços do aterro sanitário e do antigo “lixão”** na quantidade e especificação detalhada no subitem 1.2 do Termo de Referência nº 74/2020 – SSAAP, anexo I do Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 30/2020 - SSAAP, com o intuito de atender às demandas do **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL – SSAAP**.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGENCIA

2.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de até **12 (doze) meses** a partir da data de sua assinatura, sendo que durante este período a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação;

2.1.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666 de 1993;

2.2. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preço poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666 de 1993;

2.3. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade de ata de registro de preços.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGÊNCIA

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá ao **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL**, no seu aspecto operacional e a Assessoria Jurídica nas questões legais.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS ESPECIFICAÇÕES, DOS SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS E DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DO MATERIAL, DO DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS, DA HABILITAÇÃO TÉCNICA E DA SUBCONTRATAÇÃO, GARANTIA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. Os objetos deverão ser fornecidos em conformidade com as normas e legislação vigentes.

4.2. A especificação dos objetos pretendidos encontra-se definida no Termo de Referência (Anexo I do Edital):



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

4.3. DOS SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS E DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DO MATERIAL

4.3.1. Dos Serviços a serem realizados:

4.3.1.1. Disponibilizar e enviar todos os kits (frascos, caixa térmica e gelo) necessários para coleta da análise;

4.3.1.2. As coletas para análises serão realizadas pela equipe técnica da Águas do Pantanal acondicionando no kit para coleta (caixa térmica, gelo e frascos) disponibilizado pela empresa contratada.

4.3.1.3. O kit devidamente acondicionado estará no laboratório físico-químico da Autarquia (sítio Rua Voluntário da Pátria, nº 548, bairro Centro – Cáceres) para que a empresa vencedora do certame proceda o deslocamento da amostra até o laboratório que realizará a análise, atendendo o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para proceder a análise, conforme legislação vigente estabelece;

4.3.1.4. A empresa contratada deverá disponibilizar o laudo com a descrição detalhada do material coletado, discriminado o valor ideal e o valor encontrado na amostra de água, conforme legislação vigente. Estes documentos, deverão ser conclusivos, claros e objetivos, de forma a não suscitar dúvidas ou interpretações dúbias relativas à potabilidade da água;

4.3.1.5. Os laudos emitidos deverão ser assinados por profissional legalmente habilitado;

4.3.1.6. A apresentação dos resultados das análises deve ser reportada em laudo, relatórios ou boletins de análise, de forma impressa para o Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, tal como, antecipado por e-mail (operacional.aguasdopantanal@gmail.com) de forma clara, objetiva e, sobretudo correta. Os documentos devem conter todas as informações necessárias para que a contratante possa compreender o conteúdo integral do documento: Os laudos devem conter no mínimo:

- (1) Timbre do laboratório;
- (2) Dados do cliente;
- (3) Identificação do local de amostragem, data e horário da coleta (fornecidos pelo contratante);
- (4) Data e horário da entrada da amostra no laboratório e data da execução do ensaio;
- (5) Identificação do método de análise utilizado para cada parâmetro analisado;
- (6) Limites de quantificação (LQ); e,
- (7) Limite de detecção (LD).

4.3.1.7. Nos laudos de análises deve constar a conclusão dos mesmos comparando os resultados com a legislação pertinente, inclusive sendo apresentada nas mesmas unidades de medidas da legislação vigente;

4.3.1.8. A empresa ganhadora do certame é responsável pela idoneidade do laudo entregue ao Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal.

4.3.2. Do Prazo e Local de Entrega do Material:

4.3.2.1 A empresa CONTRATADA deverá disponibilizar todos os kits (frascos, caixa térmica e gelo) necessários para coleta das análises. Os materiais para as coletas deverão ser entregues antecipadamente no **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL** localizado na Rua Voluntários da Pátria, nº 548, bairro Centro, CEP 78210-210 em data e horário previamente agendados com o Responsável Técnico e/ou com o analista;

4.3.2.2. As metodologias de coleta e análise utilizadas deverão estar de acordo com as normas específicas, nacionais e internacionais recentes, tais como: *Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater* de autoria das instituições *American Public Health, Association* (APHA), *American Water Works Association* (AWWA) e *Water Environment Federation* (WEF); *United States Environmental Protection Agency* (USEPA); normas publicadas pela *International Standardization Organization* (ISO); e metodologias propostas pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

4.3.2.3. A empresa contratada para proceder as análises das amostras deverá remeter mensalmente o laudo impresso para o Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, tal como, antecipado por e-mail (operacional.aguasdopantanal@gmail.com/aguasdopantanal.eco@gmail.com), da seguinte maneira:



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

- a) Emitir o resultado do ensaio de amostra de efluente bruto e tratado em até 30 (trinta) dias, em conformidade com a Resolução CONAMA nº430/11 “Dispõe sobre as condições e padrões de lançamentos de efluentes, complementa e altera a Resolução nº357/2005”;
- b) Emitir o resultado de ensaio de amostra de corpo de água (montante e jusante) em até 30 (trinta) dias, em conformidade com a Resolução CONAMA nº357/2005 “Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamentos de efluentes, e dá outras providências”;
- c) Emitir o resultado de ensaio de amostra de água bruta e potável em até 07 (sete) dias, análise de coliforme totais, Escherichia coli, Cianobactérias e bactérias heterotróficas;
- d) Emitir o resultado da amostra de água potável, portaria completa, PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº05 de 28/09/2017 (Origem: Portaria MS Nº 2914/11), em até 30 (trinta) dias;
- e) Emitir o resultado do ensaio de amostra de água subterrânea de poços de monitoramento em até 30 (trinta) dias, em conformidade com a Resolução CONAMA nº420/09 “Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas”;
- f) Os limites de quantificação, limites de detecção e, conseqüentemente, a escolha da metodologia para a execução dos parâmetros analíticos solicitados, devem ser adequados e compatíveis com os valores estipulados pela legislação vigente (Portaria de Consolidação nº 5/2017, Anexo XX, Resolução CONAMA 357/2005, Resolução CONAMA 430/2011 e Resolução CONAMA 420/2009), assim como a nomenclatura dos parâmetros solicitados;

4.3.2.4. Caso a **CONTRATADA** não cumprir o prazo acima estabelecido sofrerá as sanções previstas na Lei 8.666/93 e suas alterações.

4.3.2.5. É facultada à Engenheira Química rejeitar o produto, no todo ou em parte, desde que o objeto entregue esteja em desacordo com as especificações e condições do presente **Termo de Referência**.

4.3.2.6. Todos os encargos relativos à entrega do material da coleta e envio, será por conta da empresa **CONTRATADA**.

4.4. DO DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

4.4.1. Os Serviços encontram-se minuciosamente detalhados no Termo de Referência nº 74/2020 – SSAAP (ANEXO I).

4.5. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA E DA SUBCONTRATAÇÃO

4.5.1 A empresa contratada deverá atender as seguintes exigências:

4.5.2. Licença sanitária para funcionamento do estabelecimento, obtida junto ao órgão de vigilância sanitária do município da sede da empresa onde irá proceder a análise;

4.5.3. Licença de operação junto a SEMA – Secretaria de Estado e Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso ou junto ao órgão de controle ambiental do Estado ou Município da sede do licitante;

4.5.4. Registro no Conselho Regional de Química – CRQ e/ou Registro no Conselho Regional de Biologia – CRBio, ou outro a que a lei atribua a competência para o registro de profissionais e empresas legalmente habilitados para realização dos serviços integrantes do objeto do presente;

4.5.5. Acreditação do Laboratório junto ao INMETRO, conforme Norma ABNT NBR ISO/IEC 17025:2005, registro junto a ANVISA, com emissão de REBLAS e registro no Conselho de Classe (CRQ ou outros). A acreditação será avaliada com o certificado do INMETRO apresentado e consulta ao site;

4.5.6. Em caso de terceirização dos parâmetros mencionados, a subcontratada deverá apresentar acreditação dos mesmos de acordo com o Termo de Referência;

4.5.7. De acordo com:

4.5.7.1 PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 5, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017, “Dos Laboratórios de Controle e Vigilância” (Origem: PRT MS/GM 2914/2011, CAPÍTULO III, Seção V): *Art. 21.* As análises



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

laboratoriais para controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano podem ser realizadas em laboratório próprio, conveniado ou subcontratado, desde que se comprove a existência de sistema de gestão da qualidade, conforme os requisitos especificados na NBR ISO/IEC 17025:2005.

4.5.7.2. RESOLUÇÃO CONAMA Nº 430, DE 13 DE MAIO DE 2011, complementa e altera a Resolução Conama nº 357/2005: Art. 26. Os ensaios deverão ser realizados por laboratórios acreditados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial-INMETRO ou por outro organismo signatário do mesmo acordo de cooperação mútua do qual o INMETRO faça parte ou em laboratórios aceitos pelo órgão ambiental competente.

4.6. DA GARANTIA

4.6.1. A CONTRATADA se sujeita ao prazo de garantia legal pela prestação dos seus serviços, nos termos estabelecidos no artigo 26 da Lei 8.078/90, subsistindo para a **CONTRATANTE** o direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação em 30 (trinta) dias para serviços ou produtos não duráveis e 90 (noventa) dias para produtos e serviços duráveis;

4.6.2. Qualquer outra garantia pela prestação do serviço será considerada como garantia contratual, a ser estabelecido entre as partes no contrato a ser pactuado, não se sobrepondo a garantia legal estabelecida anteriormente.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Homologado o processo licitatório pela autoridade competente, a Comissão de Licitações da Autarquia ÁGUAS DO PANTANAL convocará a licitante vencedora para, no prazo de **até 05 (cinco) dias úteis**, assinar a Ata de Registro de Preços e demais documentos necessários, sob pena de decair do direito de Registro.

5.2. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de **até 12 (doze) meses** a partir da data de sua assinatura, sendo que durante este período a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação.

5.2.1. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços - SRP terão sua vigência conforme as disposições contidas nos respectivos instrumentos convocatórios e respectivos contratos decorrentes, obedecido ao disposto no § 4º, do Art. 5º, do Decreto Municipal nº 157, de 20 de março de 2019, bem como no art. 57, da Lei nº. 8.666, 21 de junho de 1993.

5.3 A existência dos preços registrados não obriga a Administração e outros Órgãos/Entidades a firmarem contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição (ões), sendo obedecida a legislação pertinente, assegurando ao detentor do registro a preferência de fornecimento do (s) produto (s), em igualdade de condições.

5.4. Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item, respeitadas a legislação, observando-se o seguinte:

5.4.1. O (s) preço (s) registrado (s) e a indicação do(s) respectivo(s) fornecedor (es) serão divulgados no Site da ÁGUAS DO PANTANAL, <http://www.aguasdopantanal.eco.br>, bem como através de publicações no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso, da Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM <https://diariomunicipal.org/mt/amm/>.

5.4.2. Quando das contratações decorrentes do registro de preços respeitar-se-á a ordem de classificação das empresas constantes da Ata.

5.4.3. Os órgãos participantes do registro de preços deverão, quando da necessidade do fornecimento do objeto, recorrerem ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que este proceda à indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados.

5.4.4. Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de qualidade ou desempenho superior, devidamente justificada e comprovada a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

5.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão municipal ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

5.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do **PREGÃO ELETRÔNICO/ REGISTRO DE PREÇOS**, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar formalmente o



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

pedido e interesse junto ao órgão gerenciador da Ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão, com descrição e especificação do produto e quantitativo do Item que tenha interesse, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados.

5.5.2. Caberá à Fornecedor beneficiária da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

5.5.3. Os fornecimentos adicionais a que se refere o **item 5.5** não poderão exceder, por órgão ou entidade, **a 50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

5.5.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não pode exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

5.5.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.5.6. Ao órgão não participante compete os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

5.5.7. O órgão que efetivar o fornecimento será responsável pelos atos relativos ao cumprimento, pelo fornecedor, das condições pactuadas, aí incluída a aplicação de eventuais penalidades.

5.6. Caberá ao órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, descrever no seu pedido:

5.6.1. A especificação/descrição do objeto pretendido, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas.

5.6.2. A estimativa de quantidades a serem fornecidas no prazo de validade do registro.

5.6.3. O preço unitário e total do estimado das quantidades a serem fornecidas.

5.6.4. A quantidade total de unidades a ser aderida, por item.

5.6.5. O prazo de validade de registro de preço.

5.6.6. Descrição das condições quanto aos locais e prazos de entrega, forma de pagamento, dotação orçamentária e, complementarmente, quando cabíveis, a frequência, periodicidade, características dos produtos a serem fornecidos e utilizados, procedimentos a serem seguidos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados por parte do fornecedor.

5.7. Fazer acompanhamento dos orçamentos prévios para comprovação de vantagens.

5.8. Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços que, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terão efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

5.9. A aquisição com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviços, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

5.10. A Ata de Registro de Preços não poderá sofrer acréscimos em seus quantitativos, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

5.10.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso “II” do *caput* do artigo 65 da Lei nº 8.666 de 1993.

5.10.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deve:

5.10.2.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

5.10.2.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

5.10.2.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

5.10.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.10.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

5.10.3.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.10.3.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.10.4. Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo órgão solicitante.

5.11. As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, serão publicadas pelo setor de Licitações da ÁGUAS DO PANTANAL.

5.12. A divulgação do extrato da Ata de Registro de Preços ocorrerá por publicação no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso, da Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM <https://diariomunicipal.org/mt/amm/>.

6. CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. São Obrigações da Contratada, além das demais previstas no Edital:

6.1.1. Respeitar e cumprir integralmente a vigência da Ata de Registro de Preço, que será de **12 (doze) meses** contados a partir da sua publicação;

6.1.2. Cumprir o prazo previsto para entrega dos produtos e serviços, com fornecimento pela CONTRATADA de todos os recursos humanos e insumos necessários para entrega dos materiais.

6.1.3. Deverá também comunicar antecipadamente a data e horário da entrega não sendo aceito os objetos e serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência.

6.1.4. Conhecer e aceitar integralmente o Termo de Referência (ANEXO I).

6.1.5. Entregar os materiais em conformidade com os requisitos previstos no Termo de Referência e seus anexos;

6.1.6. Assinar o Contrato para o qual for convocada no prazo máximo **05 (cinco) dias úteis**, contados da regular convocação;

6.1.7. Ao critério da contratada, a Ata de Registro de Preços poderá ser assinado digitalmente e enviado via e-mail, dispensando assim o seu envio físico, ou assinatura presencial, conforme o disposto na Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

6.1.8. Após a homologação da Adesão a Ata de Registro de Preço, retirar a Nota de Empenho no prazo de **02 (dois) dias**, contados do recebimento da convocação formal;

6.1.9. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à Gerência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata de Registro de Preços;

6.1.10. Ser responsável pela qualidade dos serviços, bem como pela qualidade dos produtos, no que diz respeito à observância de normas vigentes.

6.2. Todos os equipamentos, veículos, computadores, softwares, etc. e insumos dos mesmos necessários para a realização dos trabalhos serão custeados pela CONTRATADA.

6.3. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegado como motivo de força maior para atraso ou inexecução da entrega do objeto desta licitação e não a eximirá da penalidade a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

6.4. A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços, Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

6.5. Enviar mensalmente no e-mail (operacional.aguasdopantanal@gmail.com) a quantidade de análises realizadas para confirmação da emissão da nota fiscal.

6.6. Responsabilizar-se pela idoneidade do laudo entregue ao **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL**.

6.7. Prestar os serviços em estrita observância às condições da sua proposta e condições estabelecidas no termo contratual.



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

- 6.8.** A empresa **CONTRATADA** deverá disponibilizar e enviar todos os kits (frascos, caixa térmica e gelo);
- 6.9.** A **CONTRATADA** é responsável pelas despesas com hospedagem, alimentação e transporte que se fizerem necessário para execução do contrato.
- 6.10.** Manter, durante toda a execução dos serviços, as condições de habilitação e qualificação exigidas no contrato.
- 6.11.** A **CONTRATADA** deve comunicar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 6.12.** A **CONTRATADA** deve manter o valor total de mercado, sem qualquer acréscimo que não esteja estipulado neste instrumento.
- 6.13.** Ser responsável por quaisquer acidentes de trabalho, referente ao seu pessoal, decorrentes de serviços contratados e/ou por ela causada a terceiros.
- 6.14.** Obter, por sua conta, todas as licenças, franquias e impostos municipais, estaduais e federais que incidirem sobre o fornecimento do objeto.
- 6.15.** Também são obrigações da **CONTRATADA**:
- 6.15.1.** Dirimir dúvidas e resolver problemas, em relação ao objeto deste instrumento, que possam surgir no período contratual, sem qualquer ônus para o **CONTRATANTE**;
- 6.15.2.** Observar requisitos mínimos de qualidade, utilidade e segurança recomendados pelas normas técnicas em vigor;
- 6.15.3.** Submeter-se à fiscalização da **CONTRATANTE**;
- 6.15.4.** Corrigir, durante a execução dos serviços/materiais, todos os defeitos apontados pela Fiscalização, assim como refazer aqueles tidos como impróprios ou mal executados, sem qualquer ônus para o **CONTRATANTE**, no prazo máximo de **02 (dois) dias**, contados do recebimento da notificação específica para fazê-lo;
- 6.15.5.** Submeter-se às normas de segurança do trabalho em vigor;
- 6.15.6.** Assumir a responsabilidade técnica pela entrega dos materiais, nos termos do Termo de Referência;
- 6.15.7.** Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta Ata de Registro de Preços;
- 6.15.8.** Apresentar durante a vigência da Ata de Registro de Preços, ritmo de trabalho compatível com a conclusão no prazo previsto para entrega dos produtos/serviços;
- 6.16.** A **CONTRATADA** deve arcar com as despesas relativas à mão de obra, salários, encargos sociais, equipamentos, utensílios, transportes, serviços auxiliares, todos os tributos incidentes para execução de seus fins. Considerar-se-ão incluídas no preço total proposto todas essas despesas, mesmo que não expressamente indicadas na proposta.
- 6.17.** Não haverá qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária da **CONTRATANTE** pelas despesas indicadas no item acima.
- 6.18.** A **CONTRATANTE** estará isenta de qualquer vínculo empregatício com os funcionários da **CONTRATADA**, sendo esta a responsável exclusiva por todos os débitos trabalhistas (salários, encargos sociais e previdenciários) relativos à mão de obra que executar os serviços contratados na forma elencada.
- 6.18.1.** Caso a **CONTRATADA** seja demandada judicialmente por encargo social ou trabalhista, por empregado seu e/ou prestador de serviço, ou por ente estatal, decorrente ou não da relação existente nesta licitação, mas a ela vinculada, fica a **CONTRATANTE** autorizada a bloquear o valor correspondente pleiteado na respectiva demanda judicial até o seu trânsito em julgado.
- 6.18.2.** Em caso de bloqueio de valores conforme o disposto no item anterior não dá direito a **CONTRATADA** de paralisar os serviços ou diminuir a demanda, devendo os serviços ter a continuidade prevista no contrato a fim de que seja concluído no prazo estipulado.
- 6.19.** Eventual condenação do **CONTRATANTE** em virtude do previsto neste item quer seja diretamente, quer seja solidariamente ou subsidiariamente, veda expressamente a **CONTRATADA**, seus gestores, administradores e outras empresas em que estes façam parte, de novamente contratar com o **CONTRATANTE** pelo prazo de até **02 (dois) anos**, ou até que os prejuízos arcados pelo **CONTRATANTE** sejam ressarcidos.



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

- 6.20.** A Contratada não poderá ceder ou transferir, dar em garantia ou vincular, de qualquer forma, total ou parcialmente, o objeto contratado, a qualquer pessoa física ou jurídica, sem a prévia e expressa autorização da Águas do Pantanal.
- 6.21.** Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros, julgáveis necessários para recebimento de correspondência, e demais itens presentes no termo de referência, Edital e no contrato.
- 6.22.** Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes.
- 6.23.** Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela CONTRATANTE.
- 6.24.** Indenizar terceiros e/ou a CONTRATANTE, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a CONTRATADA adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes.
- 6.25.** A CONTRATADA deve manter o valor total de mercado, sem qualquer acréscimo que não esteja estipulado neste instrumento.
- 6.26.** Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações e na Lei nº. 10.520/2002.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1.** Formalizar o contrato, conforme modelo do anexo do Edital, e convocar a consignatária do certame para assinatura nos termos da legislação pertinente e conseqüentemente emitir nota de empenho de acordo com o artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, sob pena de ilegalidade dos atos.
- 7.2.** Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;
- 7.3.** Encaminhar à CONTRATADA as solicitações dos produtos com as necessidades a serem desenvolvidas;
- 7.4.** Fornecer à CONTRATADA todos os elementos e dados necessários à perfeita execução do objeto do Termo de Referência, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências;
- 7.5.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado.
- 7.6.** Receber os produtos nos termos, prazos e condições estabelecidas no Edital.
- 7.7.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos.
- 7.8.** Efetuar o pagamento à CONTRATADA nas condições previstas no item do pagamento;
- 7.9.** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.
- 7.10.** Fiscalizar a execução do objeto do contrato;
- 7.11.** Comunicar à **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 7.12.** A **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente **TERMO DE REFERÊNCIA**, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 7.13.** Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, na Lei nº. 10.520/2002 e suas alterações.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 8.1.** As despesas decorrentes da execução do presente Termo de Referência correrão à conta de Recursos Próprios, alocados sob a classificação funcional:



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

Ficha/Órgão/Unidade	Funcional-Programática	Natureza de Despesas	Fonte de Recursos
52.04.18	17.512.1007.2 211	3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	100 - Recursos Próprios
52.04.18	17.512.1007.2 211	3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros - PJ	100 - Recursos Próprios

9. CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

9.1. A Nota Fiscal/ fatura deverá ser emitida em duas vias, somente após o recebimento da Nota de Empenho, devendo ser encaminhada juntamente com a entrega do material solicitado e/ou o serviço prestado.

9.2. A data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura será devidamente registrada nos autos do processo pelo responsável pelo recebimento do mesmo.

9.3. O pagamento será efetuado mensalmente, conforme demanda efetivamente executada, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura, com preços unitários e totais, no prazo máximo de até **15 (quinze) dias** após o recebimento do referido documento fiscal.

9.4. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

9.5. Caso se constate alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

9.7. Para que se proceda efetivamente o pagamento, a Contratada deverá seguir os seguintes procedimentos:

9.8.1. Deverá, obrigatoriamente, fazer acompanhar da Nota Fiscal/fatura, todas as certidões de Regularidade fiscal, devidamente válidas.

9.8.1.1. Certidão Conjunta de Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Previdenciária, (com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014), podendo ser retirada através dos sites: www.receita.fazenda.gov.br ou www.pgfn.fazenda.gov.br;

9.8.1.2. Certidão Negativa de Débito relativa a créditos tributários e não tributários estaduais geridos pela Procuradoria Geral do Estado e pela Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio tributário da licitante;

9.8.1.3. Certificado de Regularidade relativo à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

9.8.1.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

9.8.1.5. A Contratada deverá manter durante toda a vigência contratual, a plena regularidade fiscal, exigida em Lei, e caso não apresente a efetiva documentação de regularidade fiscal necessária, dentro do prazo legal, o recebimento ficará prejudicado podendo ser suspenso ou interrompido, independentemente das penalidades legais aplicáveis ao fato, até que a empresa regularize a situação.

9.9. Deverá constar na Nota Fiscal/Fatura algumas informações básicas tais como:

a) Razão Social;

b) Número da Nota Fiscal/Fatura;

c) Data de emissão;

d) Nome do órgão Solicitante;

e) Descrição do produto/serviço;

f) Quantidade, preço unitário, preço total;

g) Dados Bancários (nome e número do banco, número da agência, número da conta corrente);

h) Número do Contrato;

i) Número da Nota de Empenho;

j) Discriminar os valores referentes às retenções dos impostos devidos ao Município (ex. IR, ISSQN, etc...), bem como a retenção previdenciária prevista na lei nº 9.711/98, Instrução Normativa nº 1300/2012 RFB;

k) Não deverá possuir rasuras.



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

9.9.1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, antes da sua efetiva liquidação.

9.9.2. O pagamento dar-se-á por intermédio de Nota de Ordem Bancária e em moeda corrente nacional, conforme art. 5º da Lei nº. 8.666/93.

9.10. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras impostas à contratada em virtude de penalidade ou inadimplência. O atraso no pagamento por este motivo não ensejará direito de atualização monetária à Contratada.

9.11. A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

9.12. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente instrumento para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Administração.

9.13. O pagamento será efetuado observando-se a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei nº 8.666/93.

9.14. Os pagamentos referentes aos serviços executados serão efetuados mensalmente.

9.15. Não será aceita Nota Fiscal/Fatura sem as informações requeridas no item 9.9.

9.16. A **CONTRATADA** deverá indicar no corpo da Nota Fiscal, o nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

9.17. Nenhum pagamento isentará a **CONTRATADA** das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento;

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, ou quando convocado não assinar o Contrato ou não retirar a Nota de Empenho dentro do prazo fixado, ou deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

10.2. Sem prejuízo de outras sanções estabelecidas neste certame, estarão sujeitos às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa na forma prevista na Lei 8.666/93 ou no contrato;

c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Contratante pelo prazo não superior a **02 (dois) anos**; e,

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes de punição, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, reabilitação esta que será concedida sempre que a Contratada ressarcir à Contratante pelos prejuízos e, depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base nas letras “a”, “b” e “c”.

10.3. As multas previstas nesta seção não eximem a FORNECEDORA da reparação de eventuais perdas e danos ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Contratante.

10.4. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da notificação por parte do Município de Cáceres, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com a Autarquia, e, se estes forem inexistentes ou insuficientes, o valor será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pela Assessoria Jurídica da Autarquia.

10.5. Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da ciência da notificação, podendo a Autarquia reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

10.6. As penalidades pecuniárias a que se referem às cláusulas anteriores poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Contratante, ou, se for o caso, cobrada administrativamente ou judicialmente, aplicam-se subsidiariamente, as normas previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

10.7. A Fornecedora poderá ser penalizada inclusive com eventual rescisão do contrato caso a qualidade dos produtos e/ ou a prestação no atendimento deixarem de corresponder à expectativa.



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA

11.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

11.1.1. Quando a Fornecedor não cumprir as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e/ou no Edital.

11.1.2. Quando a Fornecedor não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

11.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

11.1.4. Quando a Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93.

11.1.5. Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro.

11.1.6. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

11.1.7. Por presentes razões de interesse público, devidamente justificado.

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, a Fornecedor será informada por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas no endereço eletrônico <http://www.tce.mt.gov.br/> e no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso, da Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM <https://diariomunicipal.org/mt/amm/>, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação da Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Órgão Gerenciador, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da Fornecedor, relativas aos fornecimentos do objeto;

11.6. Caso o Órgão Gerenciador não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a Fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS ILÍCITOS PENAIS

12.1. As infrações penais tipificadas na Lei n.º 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

13.1. Correrão por conta exclusivas da FORNECEDORA:

13.1.1. Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto desta Ata de Registro de Preços;

13.1.2. As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução do objeto.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

14.1. A fiscalização será exercida pela Engenheira Química **THAIS CRISTINA COUTO HURTADO**, portadora do **CPF: 051.690.411-60**; e-mail para contato: **operacional.aguasdopantanal@gmail.com** ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Autarquia.

14.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Autarquia ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvi-



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

dos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou vícios observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

15.2. A anulação do procedimento induz à da Ata de Registro de Preços bem como ao Contrato.

15.3. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

15.3.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços;

15.3.2. A Ata de Registro de Preços Integra o Edital de **Pregão Eletrônico/ Registro de Preços nº 30/2020** e seus anexos e a (s) proposta (s) da (s) empresa (s) classificada (s);

15.3.3. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente Registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Órgão Gerenciador.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata de Registro de Preços, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Cáceres, do Estado de Mato Grosso, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja por mais privilegiado que seja ou possa vir a sê-lo.

E assim, por estarem as partes justas e avençadas, foi lavrado o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Cáceres - MT, ____ de _____ de 2020.

CONTRATANTE:

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL
Diretor Executivo

CONTRATADA:

Empresa:

CNPJ:

Representante:

CPF:

RG:

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

RG:

Nome:

CPF:

RG



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

ANEXO VIII
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº. ____/2020

ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 30/2020

Proc. Administrativo Licitação Águas do Pantanal - 060/2020 – 1Doc

Contrato Administrativo relativo ao Pregão Eletrônico para contratação de empresa especializada e credenciada junto aos órgãos competentes para realização de **análises laboratoriais de controle e monitoramento da qualidade da água produzida e distribuída pelo Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal - SSAAP aos municípios de Cáceres-MT, incluindo distritos, bem como, realização de análises para o controle de qualidade das estações de tratamento de esgoto e monitoramento de poços do aterro sanitário e do antigo “lixão”** na quantidade e especificação detalhada no subitem 1.2 do Termo de Referência nº 074/2020 – SSAAP, parte integrante do Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 30/2020 – SSAAP (ANEXO I).

Aos ____ dias do mês de _____ do ano de dois mil e vinte, as partes a seguir identificadas, de um lado, a Autarquia **ÁGUAS DO PANTANAL-Serviços de Saneamento Ambiental de Cáceres-MT**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 22.794.608/0001-78, com sede na Rua Voluntários da Pátria, nº 548 – Centro – CEP 78.210-210 – Fones (65) 3223-6900 – CÁCERES-MT, neste ato representada por seu Diretor Executivo, Sr. (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade RG nº. _____ e do CPF nº. _____ neste ato denominada simplesmente CONTRATANTE e a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF nº. _____, com sede na _____, representada neste ato pelo seu (sua) Representante Legal, Sr. (a). _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº. _____, CPF/MF nº. _____, doravante denominada CONTRATADA, fundamentadas no que restou apurado no Proc. Administrativo **Licitação Águas do Pantanal - 060/2020 – 1Doc, PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020**, têm entre si justo e avençado o presente instrumento, mediante as cláusulas e condições a seguir definidas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO VALOR

1.1. O objeto do presente Contrato Administrativo é a **contratação de empresa especializada e credenciada junto aos órgãos competentes para realização de análises laboratoriais de controle e monitoramento da qualidade da água produzida e distribuída pelo Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal - SSAAP aos municípios de Cáceres-MT, incluindo distritos, bem como, realização de análises para o controle de qualidade das estações de tratamento de esgoto e monitoramento de poços do aterro sanitário e do antigo “lixão”** na quantidade e especificação detalhada no subitem 1.2 do Termo de Referência nº 074/2020 – SSAAP, parte integrante do Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 30/2020 – SSAAP (ANEXO I).

1.2. O preço total estimado para todo o período de vigência da presente contratação é de R\$ _____,00, conforme apurado ao final do certame licitatório.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO AMPARO LEGAL

2.1 A lavratura do presente contrato decorre da realização do **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – SSAAP**, realizado com fundamento nas Leis Federais nºs 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014, Lei Complementar Municipal nº 081/2009, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Municipal nº 157/2019, bem como pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações vigentes.



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO

3.1. Constituem partes integrantes deste contrato, estando a ele vinculado, como se neste estivessem transcritos, os seguintes documentos, cujo teor as partes declaram ter pleno conhecimento:

- Proposta de Preços da Contratada;
- Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 30/2020 – SSAAP** e seus anexos.

3.2. Os documentos referidos na presente Cláusula são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definir a sua intenção e, desta forma, reger sua execução dentro do mais alto padrão da técnica atual.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

4.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, isto é, **12 (doze) meses**, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de **60 (sessenta) meses**, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

4.2. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

4.3. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza **CONTINUADA**;

4.4. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

4.5. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

4.6. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

4.7. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação; e

4.8. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

4.9. O contrato deverá ser gerado em 04 (quatro) vias de igual teor.

4.10. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

4.11. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

4.12. **Os valores contratados serão fixos e irrevogáveis, durante vigência do contrato e suas possíveis prorrogações, exceto para o caso do item 11.**

4.13. O contrato poderá ser alterado nas hipóteses do art. 65 da Lei n. 8.666/1993.

5. CLÁUSULA QUINTA – DAS ESPECIFICAÇÕES, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA, DOS SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS, DA SOLICITAÇÃO DOS SERVIÇOS, DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO.

5.1. Os objetos deverão ser fornecidos em conformidade com as normas e legislação vigentes.

5.2. A especificação dos objetos pretendidos encontra-se definida no Termo de Referência (Anexo I do presente Edital):

5.3. Do Prazo e Local de Entrega

5.3.1. A empresa CONTRATADA deverá disponibilizar todos os kits (frascos, caixa térmica e gelo) necessários para coleta das análises. Os materiais para as coletas deverão ser entregues antecipadamente no **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL** localizado na Rua Voluntários da Pátria, nº 548, bairro Centro, CEP 78210-210 em data e horário previamente agendados com o Responsável Técnico e/ou com o analista;

5.3.2. As metodologias de coleta e análise utilizadas deverão estar de acordo com as normas específicas, nacionais e internacionais recentes, tais como: *Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater* de autoria das instituições *American Public Health, Association* (APHA), *American Water Works Association* (AWWA) e *Water Environment Federation* (WEF); *United States Environmental Protection Agency* (USEPA); normas publicadas pela *International Standardization Organization* (ISO); e metodologias propostas pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

5.3.3. A empresa contratada para proceder as análises das amostras deverá remeter mensalmente o laudo impresso para o Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, tal como, antecipado por



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

e-mail (operacional.aguasdopantanal@gmail.com/aguasdopantanal.eco@gmail.com), da seguinte maneira:

- a) Emitir o resultado do ensaio de amostra de efluente bruto e tratado em até 30 (trinta) dias, em conformidade com a Resolução CONAMA nº430/11 “Dispõe sobre as condições e padrões de lançamentos de efluentes, complementa e altera a Resolução nº357/2005”;
- b) Emitir o resultado de ensaio de amostra de corpo de água (montante e jusante) em até 30 (trinta) dias, em conformidade com a Resolução CONAMA nº357/2005 “Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamentos de efluentes, e dá outras providências”;
- c) Emitir o resultado de ensaio de amostra de água bruta e potável em até 07 (sete) dias, análise de coliforme totais, Escherichia coli, Cianobactérias e bactérias heterotróficas;
- d) Emitir o resultado da amostra de água potável, portaria completa, PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº05 de 28/09/2017 (Origem: Portaria MS Nº 2914/11), em até 30 (trinta) dias;
- e) Emitir o resultado do ensaio de amostra de água subterrânea de poços de monitoramento em até 30 (trinta) dias, em conformidade com a Resolução CONAMA nº420/09 “Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas”;
- f) Os limites de quantificação, limites de detecção e, conseqüentemente, a escolha da metodologia para a execução dos parâmetros analíticos solicitados, devem ser adequados e compatíveis com os valores estipulados pela legislação vigente (Portaria de Consolidação nº 5/2017, Anexo XX, Resolução CONAMA 357/2005, Resolução CONAMA 430/2011 e Resolução CONAMA 420/2009), assim como a nomenclatura dos parâmetros solicitados;

5.3.3. Caso a **CONTRATADA** não cumprir o prazo acima estabelecido sofrerá as sanções previstas na Lei 8.666/93 e suas alterações.

5.3.4. É facultada à Engenheira Química rejeitar o produto, no todo ou em parte, desde que o objeto entregue esteja em desacordo com as especificações e condições do presente **Termo de Referência**. Todos os encargos relativos à entrega do material da coleta e envio, será por conta da empresa **CONTRATADA**.

5.4. Dos Serviços A Serem Realizados

5.4.1. Disponibilizar e enviar todos os kits (frascos, caixa térmica e gelo) necessários para coleta da análise;

5.4.2. As coletas para análises serão realizadas pela equipe técnica da Águas do Pantanal acondicionando no kit para coleta (caixa térmica, gelo e frascos) disponibilizado pela empresa contratada.

5.4.3. O kit devidamente acondicionado estará no laboratório físico-químico da Autarquia (sítio Rua Voluntário da Pátria, nº 548, bairro Centro – Cáceres) para que a empresa vencedora do certame proceda o deslocamento da amostra até o laboratório que realizará a análise, atendendo o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para proceder a análise, conforme legislação vigente estabelece;

5.4.4. A empresa contratada deverá disponibilizar o laudo com a descrição detalhada do material coletado, discriminado o valor ideal e o valor encontrado na amostra de água, conforme legislação vigente. Estes documentos, deverão ser conclusivos, claros e objetivos, de forma a não suscitar dúvidas ou interpretações dúbias relativas à potabilidade da água;

5.4.5. Os laudos emitidos deverão ser assinados por profissional legalmente habilitado;

5.4.6. A apresentação dos resultados das análises deve ser reportada em laudo, relatórios ou boletins de análise, de forma impressa para o Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, tal como, antecipado por e-mail (operacional.aguasdopantanal@gmail.com) de forma clara, objetiva e, sobretudo correta. Os documentos devem conter todas as informações necessárias para que a contratante possa compreender o conteúdo integral do documento: Os laudos devem conter no mínimo:



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

- (1) Timbre do laboratório;
- (2) Dados do cliente;
- (3) Identificação do local de amostragem, data e horário da coleta (fornecidos pelo contratante);
- (4) Data e horário da entrada da amostra no laboratório e data da execução do ensaio;
- (5) Identificação do método de análise utilizado para cada parâmetro analisado;
- (6) Limites de quantificação (LQ) e
- (7) Limite de detecção (LD);

5.4.7. Nos laudos de análises deve constar a conclusão dos mesmos comparando os resultados com a legislação pertinente, inclusive sendo apresentada nas mesmas unidades de medidas da legislação vigente;

5.4.8. A empresa ganhadora do certame é responsável pela idoneidade do laudo entregue ao Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal.

5.5 Da Solicitação Dos Serviços, Das Condições E Prazos De Pagamento.

5.5.1. A **CONTRATANTE** emitirá a nota de empenho nas quantidades e serviços a serem realizados mensalmente, encaminhará para a CONTRATADA para a mesma enviar os kits para efetuação das coletas;

5.5.2. Os materiais para as coletas serão armazenados no laboratório de análises físico-químicas do **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL**, ficando o responsável pelo setor encarregado da guarda e armazenamento, não permitindo a deterioração do material.

5.5.3. A Nota Fiscal deverá ser emitida mensalmente somente após a realização de todas as análises solicitadas e o envio dos resultados em conformidade com os prazos estabelecidos no item 08;

5.5.4. A data da apresentação da Nota Fiscal será devidamente registrada nos autos do processo pelo responsável pelo recebimento do mesmo;

5.5.5. O pagamento das despesas do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal será efetuado à contratada em até **15 (quinze) dias** após o recebimento da nota fiscal;

5.5.6. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal o número, nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

5.5.7. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

5.5.8. Nenhum pagamento isentará a contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento;

5.5.9. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

6. CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes no Contrato Administrativo, Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

6.1.1. Enviar mensalmente no e-mail (operacional.aguasdopantanal@gmail.com) a quantidade de análises realizadas para confirmação da emissão da nota fiscal.

6.1.2. Responsabilizar-se pela idoneidade do laudo entregue ao **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL**.

6.1.3. Prestar os serviços em estrita observância às condições da sua proposta e condições estabelecidas no termo contratual.

6.1.4. A empresa **CONTRATADA** deverá disponibilizar e enviar todos os kits (frascos, caixa térmica e gelo);

6.1.5. A **CONTRATADA** é responsável pelas despesas com hospedagem, alimentação e transporte que se fizerem necessário para execução do contrato.



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

6.1.6. Manter, durante toda a execução dos serviços, as condições de habilitação e qualificação exigidas no contrato.

6.1.7. A CONTRATADA deve comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

6.2.1. A CONTRATADA deve manter o valor total de mercado, sem qualquer acréscimo que não esteja estipulado neste instrumento.

7. CLÁUSULA SETIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Receber os produtos nos termos, prazos e condições estabelecidas no Edital.

7.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos.

7.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado.

7.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

7.5. Formalizar o contrato, conforme modelo do anexo do Edital, e convocar a consignatária do certame para assinatura nos termos da legislação pertinente e conseqüentemente emitir nota de empenho de acordo com o artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, sob pena de ilegalidade dos atos.

7.6. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto.

7.7. Efetuar o pagamento à contratada, nas condições estabelecidas no Edital.

7.8. Receber o objeto adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Edital.

7.9. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pela contratada.

7.10. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada.

7.11. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, na Lei nº. 10.520/2002 e suas alterações.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

8.1. A fiscalização será exercida pela Engenheira Química **THAIS CRISTINA COUTO HURTADO**, portadora do **CPF: 051.690.411-60**; e-mail para contato: **operacional.aguasdopantanal@gmail.com** ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Autarquia.

8.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Autarquia ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou vícios observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9. CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.1. A Nota Fiscal/fatura deverá ser emitida em duas vias, somente após o recebimento da Nota de Empenho, devendo ser encaminhada juntamente com a entrega do material solicitado e/ou o serviço prestado.

9.2. A data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura será devidamente registrada nos autos do processo pelo responsável pelo recebimento do mesmo.

9.3. O pagamento das despesas do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal será efetuado à contratada **15 (quinze) dias** após a entrega do objeto e do documento fiscal em tempo oportuno



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

dos trâmites legais de tramitação da nota fiscal, a qual será devidamente atestada pelo servidor designado pela Contratante, cumpridas todas as exigências contratuais.

9.4. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

9.5. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

9.7. Para que se proceda efetivamente o pagamento, a Contratada deverá seguir os seguintes procedimentos:

9.8.1. Deverá, obrigatoriamente, fazer acompanhar da Nota Fiscal/fatura, todas as certidões de Regularidade fiscal, devidamente válidas.

9.8.1.1. Certidão Conjunta de Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Previdenciária, (com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014), podendo ser retirada através dos sites: www.receita.fazenda.gov.br ou www.pgfn.fazenda.gov.br;

9.8.1.2. Certidão Negativa de Débito relativa a créditos tributários e não tributários estaduais geridos pela Procuradoria Geral do Estado e pela Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio tributário da licitante;

9.8.1.3. Certificado de Regularidade relativo à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

9.8.1.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

9.8.1.5. A Contratada deverá manter durante toda a vigência contratual, a plena regularidade fiscal, exigida em Lei, e caso não apresente a efetiva documentação de regularidade fiscal necessária, dentro do prazo legal, o recebimento ficará prejudicado podendo ser suspenso ou interrompido, independentemente das penalidades legais aplicáveis ao fato, até que a empresa regularize a situação.

9.9. Deverá constar na Nota Fiscal/Fatura algumas informações básicas tais como:

a) Razão Social;

b) Número da Nota Fiscal/Fatura;

c) Data de emissão;

d) Nome do órgão Solicitante;

e) Descrição do produto/serviço;

f) Quantidade, preço unitário, preço total;

g) Dados Bancários (nome e número do banco, número da agência, número da conta corrente);

h) Número do Contrato;

i) Número da Nota de Empenho;

j) Discriminar os valores referentes às retenções dos impostos devidos ao Município (ex. IR, ISSQN, etc...), bem como a retenção previdenciária prevista na lei nº 9.711/98, Instrução Normativa nº 1300/2012 RFB;

k) Não deverá possuir rasuras.

9.9.1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, antes da sua efetiva liquidação.

9.9.2. O pagamento dar-se-á por intermédio de Nota de Ordem Bancária e em moeda corrente nacional, conforme art. 5º da Lei nº. 8.666/93.

9.10. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras impostas à contratada em virtude de penalidade ou inadimplência. O atraso no pagamento por este motivo não ensejará direito de atualização monetária à Contratada.

9.11. A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

9.12. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente instrumento para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Administração.

9.13. O pagamento será efetuado observando-se a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei nº 8.666/93.

9.14. Os pagamentos referentes aos serviços executados serão efetuados mensalmente, conforme tabela de manutenção de veículos a ser seguida.

- 9.15.** Não será aceita Nota Fiscal/Fatura sem as informações requeridas no item 21.9.
- 9.16.** O condutor do veículo ou equipamento por este encaminhado para manutenção atestará se o serviço discriminado na nota fiscal foi o realizado em campo.
- 9.17.** A **CONTRATADA** deverá indicar no corpo da Nota Fiscal, o nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;
- 21.18.** Nenhum pagamento isentará a **CONTRATADA** das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento;

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da execução do presente Contrato correrão à conta de Recursos Próprios, alocados sob a classificação funcional:

Ficha/ Órgão/ Unidade	Funcional-Programática	Natureza de Despesas	Fonte de Recursos
52.04.18	17.512.1007.2211	3.3.90.39.33 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	100 - Recursos Próprios
15.04.18	17.512.1007.2211	3.3.90.39.33 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS	100 – Recursos Próprios

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO, DA HABILITAÇÃO TÉCNICA E DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. O contrato poderá ser alterado somente em um dos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93 e suas alterações, com as devidas justificativas e mediante interesse da CONTRATANTE.

11.2. Da habilitação técnica.

11.2.1. A empresa contratada deverá atender as seguintes exigências:

11.2.2. Licença sanitária para funcionamento do estabelecimento, obtida junto ao órgão de vigilância sanitária do município da sede da empresa onde irá proceder a análise;

11.2.3. Licença de operação junto a SEMA – Secretaria de Estado e Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso ou junto ao órgão de controle ambiental do Estado ou Município da sede do licitante;

11.2.4. Registro no Conselho Regional de Química – CRQ e/ou Registro no Conselho Regional de Biologia – CRBio, ou outro a que a lei atribua a competência para o registro de profissionais e empresas legalmente habilitados para realização dos serviços integrantes do objeto do presente;

11.2.5. Acreditação do Laboratório junto ao INMETRO, conforme Norma ABNT NBR ISO/IEC 17025:2005, registro junto a ANVISA, com emissão de REBLAS e registro no Conselho de Classe (CRQ ou outros). A acreditação será avaliada com o certificado do INMETRO apresentado e consulta ao site;

11.3. Da subcontratação.

11.3.1. Em caso de terceirização dos parâmetros mencionados, a subcontratada deverá apresentar acreditação dos mesmos de acordo com o Termo de Referência;

11.3.2 De acordo com:

11.3.2.1. PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 5, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017, “Dos Laboratórios de Controle e Vigilância” (Origem: PRT MS/GM 2914/2011, CAPÍTULO III, Seção V): *Art. 21.* As análises laboratoriais para controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano podem ser realizadas em laboratório próprio, conveniado ou subcontratado, desde que se comprove a existência de sistema de gestão da qualidade, conforme os requisitos especificados na NBR ISO/IEC 17025:2005.

11.3.2.2 RESOLUÇÃO CONAMA Nº 430, DE 13 DE MAIO DE 2011, complementa e altera a Resolução Conama nº 357/2005: *Art. 26.* Os ensaios deverão ser realizados por laboratórios acreditados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial-INMETRO ou por outro organis-

mo signatário do mesmo acordo de cooperação mútua do qual o INMETRO faça parte ou em laboratórios aceitos pelo órgão ambiental competente.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o Contrato ou não retirar a Nota de Empenho dentro do prazo fixado de cinco dias úteis, ou deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

12.2. Sem prejuízo de outras sanções estabelecidas neste contrato, estarão sujeitos às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa na forma prevista na Lei 8.666/93 ou no Contrato;

c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE pelo prazo não superior a 02 (dois) anos; e,

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes de punição, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, reabilitação esta que será concedida sempre que a Contratada ressarcir à Contratante pelos prejuízos e, depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base nas letras “a”, “b” e “c”.

12.3. As multas previstas nesta seção não eximem a contratada da reparação de eventuais perdas e danos ou prejuízos que seu ato punível venha causar a CONTRATANTE.

12.4. Se a CONTRATADA não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação por parte do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do pantanal, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com o Município, e, se estes forem inexistentes ou insuficientes, o valor será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pela Assessoria Jurídica, na forma da Lei.

12.5. Do ato da CONTRATANTE que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da notificação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

12.6. As penalidades pecuniárias a que se referem às cláusulas anteriores poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, ou, se for o caso, cobrada administrativamente ou judicialmente, aplicam-se subsidiariamente, as normas previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

12.7. A CONTRATADA poderá ser penalizada inclusive com eventual rescisão do contrato caso a qualidade dos produtos e/ ou a prestação no atendimento deixarem de corresponder à expectativa.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93;

13.1.1. Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

13.2. A rescisão do contrato poderá ser:

13.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito pela CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, assegurando o contraditório e a ampla defesa;

13.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Contratante;

13.2.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

13.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO



Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020 – “MENOR PREÇO”
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 060/2020 – 1Doc

14.1. A execução do presente contrato e aos casos omissos aplicam-se as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 10.024/2019 e demais normas pertinentes.

15. CLÁUSULA DECIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE

15.1. A Contratante providenciará a publicação deste Contrato, por extrato, no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso, da Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM <https://diariomunicipal.org/mt/amm/>, em até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura para ocorrer no prazo máximo de vinte dias daquela data.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste contrato, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Cáceres/MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a sê-lo.

E assim, por estarem às partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 03 (Três) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Cáceres - MT, ____ de _____ de 2020.

CONTRATANTE:

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL
Diretor Executivo

CONTRATADA:

Empresa:
CNPJ:
Representante:
CPF:
RG:

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:
RG:

Nome:
CPF:
RG: